

ATA 29ª PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de junho de dois mil e vinte, às oito horas, pelo aplicativo google meet , realizou-se a vigésima nona Plenária extraordinária do CEAS, coordenada pelo presidente Jaime Alvino Starke , onde estavam presentes os seguintes Conselheiros Titulares :Isaura dos Santos Lopes - Federação das comunidades Quilombola de Minas Gerais, Natália Lisce Fioravante Diniz - Federação das APAES do estado de Minas Gerais, Hermellis Messias Tirado Campos- CMAS-Campo Belo, Lucas Estevão Ribeiro da Silva – Conselho Central de Curvelo -SSVP, Anédia Miranda Farias – Fórum Estadual dos trabalhadores do SUAS, Gabriela de Almeida Loiola - Fórum Regional dos trabalhadores do SUAS/ Salinas, Patrícia Carvalho Gomes - Conselho Regional de Serviço Social - CRESS-MG, Cynthia de Oliveira Gomes- Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA, Ana Amélia de Melo Medeiros- Colegiado dos Gestores Municipais da Assistência Social do Estado de Minas Gerais, Cristiano de Andrade, - Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE, Jaime Alvino Starke – Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE, Sandra de Fátima Veloso Costa Azevedo – CMAS de Montes Claros, Silvia Gracia Oliveira de Souza - Secretaria de Estado de Educação – SEE, - os seguintes Conselheiros Suplentes: Daniel Santos da Cruz - Movimento Nacional de População de Rua, Elerson da Silva - Cáritas Brasileira – Regional MG, Laureci Alves de Paula – Movimento Graal no Brasil, Marcio Caldeira – Associação Profissionalizante do Menor – ASPROM, Damião Brás (Irajá) – Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste – APOINME, Denise Vilela Silva – Conselho Regional de psicologia – CRP, Luanda do Carmo Queiroga – Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS, Aloísio Soares de Lima Júnior – Colegiado dos Gestores Municipais da Assistência Social do Estado de Minas Gerais – COGEMAS, Cláudia Maria Bortot Falabella - Secretaria de Estado de trabalho e Assistência Social SEDESE, Gabriele Sabrina da Silva – Secretaria de Estado de trabalho e assistência Social -SEDESE, Geraldo Amarildo da Silva- Secretaria de Estado de Fazenda – SEF, e os membros da Secretaria Executiva: Adelmira Gomes Cerqueira, Angelo Santos Machado, Carla Nesia Silva Duarte, Consolação Cifani da Conceição, Maria de Paula Ribeiro, Regina Varela Caldeira, Rosalice Tassar de Almeida e Vera Lúcia Rodrigues. PRESIDENTE: Dou abertura então da 29ª Plenária Extraordinária e aguardamos até então até as 08:05 para menção dos presentes. Queria já, de antemão, agradecer pela disponibilidade de todos. E que nessa extraordinária que tratará exclusivamente das pautas não vencidas na planaria anterior. Então uma reunião que a gente tratará mais especificamente das apresentações das comissões específicas. está bem? Então vamos aguardar até 08:05 para a menção dos presentes. ANA CLAUDIA: Bom dia. CONSELHEIRA ANÉDIA FARIAS: Bom dia. CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE: Bom dia. CONSOLAÇÃO, SECRETÁRIA EXECUTIVA: Bom dia. PRESIDENTE: Bom, bom dia a todos novamente. 08:05 né? Estão todos me ouvindo corretamente? CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE: Sim. PRESIDENTE: Ótimo. Então está bem. Então em primeiro ao horário, por gentileza, Secretária Executiva então fará menção dos presentes. CONSOLAÇÃO: Então presentes: Cynthia pela secretaria de Agricultura. A secretaria de Agricultura está presente com a Cynthia. O COGEMAS está a Ana Amélia, mas estou vendo agora que parece que ela saiu, mas ela tinha entrado. SEDESE com o Cristiano, você, a Gabriele. A Secretaria de Educação com a Silvia. CMAS de Novo Oriente de Minas com a presença da Haiandra. O CMAS Montes Claros, Conselheira Sandra. CMAS de Itabira,

Conselheiro Márcio Alves. Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais com a Conselheira Isaura. CMAS de Campo Belo, Conselheiro Hermellis. Conselho Central de Curvelo, Sociedade São Vicente de Paula, Conselheiro Lucas. Fórum Estadual dos Usuários do SUAS, Conselheira Anédia. Articulação dos povos e organizações Indígenas - Apoime, Conselheiro Damião Irajá. Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS/Salinas, Conselheira Gabriela. Conselho Regional de Psicologia, Conselheira Denise. Titulares nós temos: 10... 12 pessoas. Deixe-me ver se entrou mais alguém enquanto eu estava lendo. Não. PRESIDENTE: Então, está. Então, temos quórum qualificado, podemos... podemos então passar para justificativa das ausências. CONSOLAÇÃO: Quer que eu faça? PRESIDENTE: Sim, pode, por gentileza. CONSOLAÇÃO: Justificaram a ausência a Conselheira Natália e o Conselheiro Élerson. Os dois por motivo de trabalho. A Natália da Federação das APAE's e o Conselheiro Élerson da Cáritas. PRESIDENTE: Ok. Natália. A Conselheira Daiane, ela se encontra? Que seria a suplente, da Natália, não é? CONSOLAÇÃO: Isso. Ainda não, não chegou. E o Élerson, ele é o suplente. PRESIDENTE: É o suplente... CONSOLAÇÃO: Da Ariadna, que ainda não chegou. A Conselheira Patrícia representando CRESS acabou de chegar. PRESIDENTE: Ok. Então, vamos para apreciação da pauta. Lembrando, que essa é uma sessão, uma plenária extraordinária para conclusão de pontos que não foram vencidos na plenária ordinária. A questão do informe já foi apresentada na plenária anterior. Como ela é uma plenária só para encerramento mesmo, então eu pediria que essa questão dos informes, ela não seja inserida, porque já foi apresentada na plenária ordinária. Certo? Podemos então passar para apreciação da pauta? Os Conselheiros têm alguma dúvida? CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE: Não. PRESIDENTE: Bom, então vamos então para o ponto de apresentação e deliberação. Então, eu pediria para a comissão temática de apoio, só para eu poder até contextualizar, ontem todos os Conselheiros receberam um e-mail, WhatsApp, Secretária, com todas as súmulas, não é? Correto? CONSOLAÇÃO: Não, só as comissões mesmo. Cada comissão recebeu a sua súmula. PRESIDENTE: Certo, então nós vamos... São pontos que a gente vai... Porque pelo Regimento Interno, até as súmulas devem ser disponibilizadas até mesmo para os próprios Conselheiros, poder ter previamente, ainda mais que nós estamos assim, nessa questão virtual. Então seria até importante. O Conselheiro Irajá, por gentileza, ele pediu agora uma... Inseriu. Gostaria. Conselheiro? CONSELHEIRO DAMIÃO BRAZ (IRAJÁ): Bom dia, presidente. Bom dia a todos aí. PRESIDENTE: Bom dia. CONSELHEIRO DAMIÃO BRAZ (IRAJÁ): Presidente, eu gostaria de informar que provavelmente eu não vou assim, acompanhar vocês toda a reunião porque os meus dados móveis podem a vir finalizar. Aí eu entrei agora, pela manhã, para acompanhar e vou até enquanto der. Aí eu vou me ausentar por volta de dados. PRESIDENTE: Ok, Conselheiro, obrigado pela (trecho incompreensível). Então podemos passar então para comissão temática de Apoio? Conselheira? Secretária (trecho incompreensível) coordenador da comissão temática de Apoio? CONSOLAÇÃO: Apoio é a Haiandra, coordenadora. E aí a Rosa vai fazer a projeção. PRESIDENTE: Ok. CONSOLAÇÃO: A técnica, Rosa. PRESIDENTE: Uhum. A Haiandra... CONSELHEIRA HAIANDRA DE OLIVEIRA: Pode começar? Bom dia. PRESIDENTE: Pode começar. Bom dia. CONSELHEIRA HAIANDRA DE OLIVEIRA: Bom dia. Bom dia a todos. Então, hoje nós teremos uma apresentação de um ponto, eu vou fazer somente abertura porque esse ponto de pauta foi uma indicação da Conselheira Denise que está presente nesta reunião e ela fará apresentação. E esse ponto de pauta é sobre a

orientação aos Conselhos Municipais de Assistência Social sobre a regulamentação e a oferta dos benefícios eventuais nesse contexto de pandemia, calamidade e emergência. Então eu vou passar a palavra para Conselheira Denise que ela vai fazer essa apresentação do nosso ponto de pauta.

CONSELHEIRA DENISE SILVA: Bom dia a todos e todas Conselheiras. A Comissão de Apoio discutiu em uma reunião do dia 13 de março a questão da pandemia, a situação da pandemia. E para não perder também a oportunidade de auxiliar os municípios, principalmente os de pequeno porte 1 e 2 na regulamentação, dos benefícios eventuais de caráter emergencial. Minimizando assim também qualquer prática e alguma iniciativa oportunista quanto às práticas assistencialistas, muitas vezes travestidos também de benefício eventual na situação de muitos Gestores. Forçando técnicos a entregar cestas, a tirar foto. E fazer com que houvesse também, por parte do Conselho de Assistência Social, uma orientação mais específicas com o repasse do benefício em pecúnia nessas situações por se tratar de um benefício mais adequado visando a autonomia do usuário na aplicação desse valor dessa pecúnia. Eu gostaria que a Consolidação pudesse colocar aí, para que a gente pudesse fazer a leitura, como que ficou a minuta da proposta de orientação. Se for possível. Pois bem, eu vou fazer a leitura sobre a minuta. Foi elaborada pela Secretaria Executiva e nessa elaboração retornou para que a Comissão de Apoio pudesse validar o documento. Então a Comissão de Apoio apreciou a minuta feita pela Secretaria Executiva e fizemos alguns ajustes, com base também em algumas referências que não estavam contidas aí no documento. Então vou prosseguir agora com a leitura. Orientação aos Conselhos Municipais De Assistência Social sobre a regulamentação e oferta dos benefícios eventuais neste contexto de situação de calamidade e de emergência em decorrência da pandemia do COVID-19. “Considerando as situações de calamidade e emergência vividas pela população em situação de vulnerabilidade no contexto da pandemia causada pelo Novo Coronavírus no país, o Conselho Estadual de Assistência Social no comprimento de fornecer respaldo aos municípios mineiros, deliberou sobre a criação desse documento que que recomenda que no âmbito do sistema único de assistência social SUAS adotar medidas de enfrentamento aos impactos com a regulamentação dos benefícios eventuais a fim de garantir a segurança de sobrevivência que deve prover meios...” Acho que saiu de tela aí. Pode retornar, por favor? Saiu da tela só para mim, gente?

CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE: Parece que voltou.

CONSELHEIRA DENISE SILVA: Ah sim. Vamos lá.

PRESIDENTE: Isso, voltou.

CONSELHEIRA DENISE SILVA: Então, vou continuar aqui. “Adotar medidas de enfrentamento aos impactos, como a regulamentação dos benefícios eventuais a fim de garantir a segurança de sobrevivência que deve prover meios para subsistência material e de redução dos danos sobre a autonomia das pessoas e famílias que estão em risco social. Considerando a competência do governo municipal de conceder os benefícios eventuais, em âmbito local, compete ao município regulamentar os benefícios eventuais conforme estabelece a lei nº 8.744 de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica De Assistência Social – LOAS. E cabe aos Conselhos Municipais de Assistência Social regulamentar os critérios para sua concessão. Os benefícios eventuais são provisões suplementares e temporárias concedidas pela Política de Assistência Social aos cidadãos e famílias que se encontram em situação de insegurança social em virtude de vivências de perda e danos e prejuízos relativos a posição de proteção de sobrevivência, de convívio e de acolhida garantidas desde 1993 pela LOAS e dispositivos em seu art. 22. Neste contexto de pandemia e na ausência de normativa municipal sobre a oferta de

benefícios eventuais, especificamente para situações de calamidade e emergências, é possível atender a demandas da população observando a normativa que prevê a oferta de benefícios eventuais para situação de nascimento, morte ou vulnerabilidade temporária. Isso porque essas situações abrangem as mesmas necessidades advindas da situação de calamidade. Contudo, outra opção possível é a normatização de benefício eventual específico. O processo de regulamentação ou adequação normativa no contexto de calamidade e emergências está orientado na portaria do Ministério da Cidadania nº 58 de 15 de abril de 2020 que aprova a nota técnica nº 20/2020. Em relação a definição de estado de calamidade pública importa destacar que o regulamento dos benefícios eventuais, dispostos no Decreto 6.307 de 2007, define em seu art. 8º parágrafo único, entende por estado de calamidade pública ou reconhecimento pelo Poder Público de situação anormal advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive, a incolumidade ou a vida de seus integrantes. Brasil 2007. A Lei Estadual nº 12.262 de 23/07/96, que dispõe sobre a Política Estadual de Assistência Social cria o Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS e da outra providências prevendo inciso 2º, do art.14º que poderão ser estabelecidos outros benefícios eventuais nos casos de calamidade pública e para atender as necessidades advindas de situação de vulnerabilidade temporária dando-se prioridade a criança, a família, ao idoso, a pessoa portadora de deficiência, a gestante e a nutriz. Considerando a vulnerabilidade social agravada neste contexto de pandemia do COVID-19, estão submetidas as populações e as famílias que vivem em risco social. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – CEAS orienta os Conselhos Municipais de Assistência Social – CMAS a buscar junto com a Gestão da Assistência Social a regulamentação dos benefícios eventuais na esfera municipal. A Resolução CEAS nº 648 de 2018 estabelece diretrizes para a regulamentação dos benefícios eventuais no âmbito do Estado de Minas Gerais. Neste contexto de pandemia é preciso atuar para garantir a segurança sociais previstas na Política de Assistência Social cumprindo a função de proteção social. O documento contribui para o reconhecimento da segurança sociais afiançadas pelo SUAS e a garantia da oferta dos benefícios eventuais as pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social. Os desafios dos momentos em que as vulnerabilidades foram ampliadas pela perda de renda, pelo desemprego e isolamento social exige atuação conjunta do conselho e gestão da busca de soluções que garantam as provisões necessárias para minimizar as fragilidades. Esse momento de epidemia exige a ação imediata para garantir a sobrevivência nas populações mais vulneráveis. Esta ação da Política de Assistência Social está, inclusive, na oferta dos benefícios eventuais no contexto atual exige ações rápidas, ações emergenciais para as pessoas que vivenciam a situação de insegurança agravadas pelo isolamento social fundamental neste período de epidemia. A oferta de benefícios eventuais em bens na situação de calamidade em decorrência da pandemia da COVID-19 deve estar em conformidade com as necessidades e demandas dos requerentes e a realidade local, nota técnica da Portaria Federal nº 58. Uma questão fundamental na provisão de benefícios eventuais em situação de calamidades é que não há uma oferta que seja específica para tais situações. Neste sentido, para levar os patamares de autonomia e dignidade das famílias que vivenciam contextos de insegurança social, os benefícios eventuais devem ser ofertados preferencialmente em formato de pecúnia. Toda oferta em pecúnia tem como vantagem a garantia de proporcionar maior liberdade aos indivíduos e

famílias na utilização de recursos para superação das vulnerabilidades vivenciadas. Vale destacar que quando o benefício eventual é ofertado em pecúnia, o valor deve possibilitar a aquisição de bens ao qual se destina, observando valores de mercado e a qualidade do produto, garantindo uma oferta digna. A gestão municipal pode utilizar diferentes formas para operacionalizar a oferta em pecúnia, considerando vantagens e limites de cada uma e visando a melhor forma de garantir a correta prestação de contas e o controle das ofertas realizadas. Por esse motivo, o benefício eventual por situação temporária e emergencial não precisa se caracterizar somente por um tipo de provisão ou resumir-se apenas a um tipo de bem, como a cesta básica. Cabendo à gestão local definir de acordo com a sua realidade o tipo de oferta mais adequado, conforme as orientações técnicas sobre o benefício eventuais 2018. Portanto, a gestão municipal deve analisar as características das demandas apresentadas pelas famílias e definir observando as deliberações...” Desculpa. “Nos Conselhos de Assistência Social local para definir qual será o orçamento, quais serão as formas e os critérios para oferta do benefício eventual por situação de calamidade. O CEAS se coloca à disposição dos Conselhos Municipais de Assistência Social para orientações mais específicas em relação a esse processo.” Aí logo abaixo vem um quadro dos conceitos de vulnerabilidade. “Vulnerabilidade: Se trata de uma de uma condição momentânea ou permanente em que a pessoa ou a família vivencia deixando-se sem capacidade de resposta, ou seja, sem condições para atender suas necessidades básicas de sobrevivência.” “Vulnerabilidade temporária: Pela definição do Decreto 6.307 de 2007, configura-se em uma situação individual ou sua família estão momentaneamente impossibilitados de lidar com enfrentamento de situações específicas cuja ocorrência impede ou fragiliza a manutenção daquele indivíduo na unidade familiar ou limita a autonomia de seus membros.” E “Vulnerabilidade gerada pela pandemia: configura-se em situação em que o indivíduo ou sua família adquiram, em decorrência de fragilidades impostas pela pandemia, momentaneamente ou permanentemente, conforme o contexto e sua capacidade de lidar com enfrentamento dessas situações específicas.” Pode prosseguir, por favor. Em seguida, temos aí um fluxo. Um fluxograma. Esse fluxo foi elaborado pela Professora Anice Landim que fez uma contribuição também com a Comissão de Apoio na contextualização aí desse benefício. Pode abaixar, por favor. Portanto, é esse o documento com as orientações, as referências, que foram buscadas para sua elaboração e colocou para apreciação da plenária, caso alguém tenha alguma questão a colocar a respeito do documento. PRESIDENTE: Ok, Conselheira. Obrigado pela participação. Com certeza o tema é muito pertinente. Temos a convicção que esse é um momento que as orientações são muito importantes, de uma maneira geral, e eu vejo que a contribuição da comissão foi muito importante nesse momento também. Se inscreveu o Conselheiro Cristiano. Por gentileza, Cristiano, à vontade. CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE: Bom dia a todos, bom dia a todos. Espero que vocês estejam bem. Muito bom, eu achei que ficou bem escrito. Eu queria fazer uma proposta que seria, em conjunto com essa orientação, caso ela venha a ser aprovada, possa ser enviado também para o municípios junto com a orientação o material que a SEDESE produziu e que está disponível tanto no site da SEDESE quanto no blog, no blog da SUVAS, é um caderno, um documento de orientação que fala sobre a utilização dos recursos do Piso Mineiro de Assistência Social. É um material curto, a ideia era dar orientações básicas e diretas. E nesse documento tem uma parte que fala sobre benefícios eventuais também, então acho que serve para complementar o conteúdo que

está na orientação. PRESIDENTE: Ok, Conselheiro Cristiano. Acho importante, todas as contribuições, são muito importantes que a gente consegue enriquecer mais o trabalho. Eu gostaria assim, cumprimentar também pelo trabalho. Conselheira Gabi, por gentileza. CONSELHEIRA GABRIELA LOIOLA: Bom dia a todos. PRESIDENTE: Bom dia. CONSELHEIRA GABRIELA LOIOLA: Eu achei muito bacana a proposta da comissão. O texto, eu acho que contempla as diversas questões que tem envolvido esse benefício, especialmente no momento. Eu só queria contribuir, verificar a possibilidade, de a gente citar sobre as questões de exposição vexatória das famílias que foi pontuado pela Conselheira Denise no início, dessa questão de expor as famílias a fotos, essas coisas. Eu acho que poderia, talvez a gente tente evidenciar essa questão também dentro dos documentos, orientando os Conselhos Municipais a respeito disso. PRESIDENTE: Muito pertinente. Agradeço, Conselheira Gabi. Conselheira Patrícia, por gentileza. Bom dia. CONSELHEIRA PATRÍCIA GOMES: Bom dia, Jaime. Bom dia a todas e a todos. Eu queria fazer uma observação. Caso seja possível, das próximas vezes as comissões enviem por e-mail os materiais para que a gente possa fazer uma leitura prévia e tentar contribuir de alguma forma. Eu, pelo menos, tenho dificuldade. Como eu acesso pelo celular, eu não consigo visualizar. Então só de... Eu sou muito visual. Só de ouvir, às vezes, eu não consigo propor nenhuma inclusão ou alteração. Mas, pela leitura, me parece que ficou muito bom. Outra questão que eu acho interessante retomar foram os encaminhamentos dados na época da aprovação da Resolução de Benefícios Eventuais. Foram aprovadas aí uma série de medidas para divulgação delas, mas me parece que ficou um pouco fragilizado até pela falta de realizações do NEEP no ano de 2019. Então eu queria sugerir que a Secretaria Executiva retomasse esses encaminhamentos e aí depois a gente discutir isso novamente para ver o que que seria possível fazer nesse momento de pandemia, que não é possível fazer encontros presenciais, mas seria possível propor novamente a realização de capacitações acerca do tema, mas de forma virtual. Então é mais ou menos nesse sentido a minha fala. Obrigada. PRESIDENTE: Ok, Conselheira Patrícia. Vamos ver as inscrições. Patrícia, depois nós temos (trecho incompreensível). A Conselheira Sandra é a próxima. Eu peço que se por acaso eu acabar passando alguém, só me avise. Mas é que corre muito o chat. Mas, Conselheira Sandra, por gentileza. CONSELHEIRA SANDRA AZEVEDO: Então... Bom dia a todos. Eu estou solicitando que baixe página um pouquinho para eu conseguir visualizar a parte que fala do Decreto. Mais um pouco. “Em relação a definição do estado de calamidade pública, importa destacar que o regulamento dos benefícios eventuais, disposto no Decreto define em seu art.8º, parágrafo único.” Então... Tá, assim, é só por questão de zelo mesmo da referência, tá? Não sei se caberia, mas talvez dizer que esse decreto é um decreto... Se ele é Estadual, se ele é Federal, se ele é Municipal. O que ajuda um pouco no entendimento, do município. É somente isso. E, parabéns, o material ficou muito bom. PRESIDENTE: Ok, Conselheira. Obrigada pela colaboração, pela contribuição. A Conselheira Ana Cláudia. ANA CLÁUDIA, SEDESE: Sou eu? PRESIDENTE: Olha, Ana Cláudia “Quero falar”, tem um pedido de inscrição. ANA CLÁUDIA, SEDESE: É porque eu não sou Conselheira não. Mas está bom. PRESIDENTE: Ah sim, mas não foi pedido de... Desculpa. ANA CLÁUDIA, SEDESE: Por isso que eu perguntei. Bom dia, gente. Deixa eu abrir a câmera. Bom dia. Eu me inscrevi para falar sobre a proposta, agora em relação à formação em benefícios eventuais. E aí a gente tem algumas informações. A gente tem um documento que a gente produziu no período das chuvas. Ele é um

documento bem curto, mas ele responde às perguntas que a gente recebeu no tempo que eram as maiores dúvidas. Então ele é um documento de perguntas e respostas sobre concessão de benefícios eventuais do SUAS. E eles subsidiou a gravação de um vídeo curto que a gente estava nas SUAS produzindo vídeos curtos. Então a gente tem esse material de perguntas e respostas, tem esse vídeo produzido. A gente produziu recentemente uma cartilha também. Ela vai ser disponibilizada agora porque a gente está preparando material para o próximo curso à distância que vai ser desenvolvido pela proteção básica junto com a vigilância, e capacitação. E o curso vai ser sobre benefícios socioassistenciais, então a gente vai tratar dos benefícios de transferência de renda, prestação continuada, mas o enfoque do curso é nos benefícios eventuais, tá? Na gestão e concessão de benefícios eventuais. A previsão do curso é para agora final do mês começar, a gente já está preparando os materiais, já está validando os textos para começar o curso. Era só para dar essa informação, que a gente já está sim nesse movimento. Tá? Obrigada. PRESIDENTE: Ok. Como participante, a nossa Superintendente de Proteção, a Ana Cláudia. Pediu inscrição também a Conselheira Gabriela. CONSELHEIRA GABRIELA LOIOLA: Jaime, eu posso retirar porque era para falar justamente isso que a Ana colocou, do curso. Foi falado da questão do apoio técnico da capacitação aos municípios e aí a Proteção Social Básica da SEDESE já está muito nessa linha. E só parabenizar pelo documento também, está muito bem escrito. Acho que está bem na linha das orientações que a SEDESE está produzindo e aí, no mais, é isso. Em junho ainda a gente espera colocar esse curso no ar na plataforma EAD sobre o benefício socioassistencial. PRESIDENTE: Conselheira Gabriela, obrigada pela participação. A Conselheira Denise pediu a inscrição também. Por gentileza, Conselheira. CONSELHEIRA DENISE SILVA: Sim, só a título de complementação e aí reiterar aqui que o documento, ele visa mesmo... a gente até discutiu na Comissão de Apoio, que para além de orientação, ele também fosse um documento que recomendasse ao CMAS repensar acerca da oferta dos benefícios eventuais em situação emergencial, tendo em vista que a gente sempre na Política de Assistência Social, a gente está sempre refletindo sobre as práticas assistencialistas, a oferta de cestas básicas, como que isso é feito. E aí achei muito pertinente a fala da Conselheira Gabriela, sobre a gente pontuar nesse documento também algumas atitudes vexatórias que constroem, expõem o usuário. E a gente quer muito romper com isso. Eu acho que há uma oportunidade que Conselho Estadual tem para que fizesse assim, uma orientação mais... uma recomendação mesmo mais assertiva para que a gente possa romper com essas práticas. Não perder o time mesmo para que esse documento pudesse, de fato, impactar em uma mudança mesmo de paradigma em relação aos benefícios que são ofertados e dar essa possibilidade, através da pecúnia, de dar maior autonomia para esses usuários. E também eu queria frisar que é muito importante o que a Patrícia colocou da capacitação também aos técnicos da assistência que muitas vezes possuem as práticas cristalizadas de reproduzir aí também um olhar sobre o usuário que muitas vezes o condiciona na situação. Usuários que estão há mais de um ano recebendo cesta básica. Então fazer realmente uma análise técnica, eu acho que uma captação seria muito importante sim. A gente também não perder a oportunidade de discutir a respeito dessas situações da oferta de capacitação no Núcleo de Educação Permanente. É só isso mesmo, obrigada. PRESIDENTE: Obrigado, Conselheira, foi muito produtivo e muito importante quando conseguimos então, a gente fazer a contribuição de todos na

construção de uma temática que é tão importante e que, em virtude da questão da pandemia, a gente acredita que ela vai ser mais acentuada. O pós-pandemia. Então... Eu queria saber se tem mais algum inscrito? Eu não tenho aqui mais no chat nenhum inscrito. Se os Conselheiros estão satisfeitos, então eu proporia então... Eu não sei se encerrou então essa apresentação, Conselheira? CONSELHEIRA DENISE SILVA: Sim. PRESIDENTE: Ok. Então nós colocaremos – é que eu estou com um pequeno probleminha no meu computador que ele não está abrindo a súmula, tá? – Mas o objeto da súmula, vamos colocar então em regime de votação. Nós vamos então... Como nós combinamos na outra reunião, e como é uma plenária virtual, primeira, a segunda plenária então agora a gente já começou a pegar algumas experiências de outros conselhos. Então nós vamos pôr em regime de votação. Eu vou pedir para Conselheira Gabriela, ela vai projetar aí na tela a lista de presença e o segmento que ele vai ser chamado para poder votar. Assim como é feito nos outros conselhos também. Então, por gentileza, Gabriela, se puderes inserir então a tela de votação. Então sempre quando eu for falar em votação, a gente pede que essa tela vá ser inserida e os Conselheiros poderão acompanhar então em regime de votação. Conselheiros, conseguem enxergar a tela? CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE: Jaime, parece que a Consolação está querendo falar. PRESIDENTE: Consolação, é com relação à matéria? CONSOLAÇÃO: É só para fechar os encaminhamentos, porque uma coisa foi o texto e foram levantadas algumas questões. PRESIDENTE: Sim, a matéria a ser deliberada seria orientação sobre benefícios eventuais com o... CONSOLAÇÃO: Sim. PRESIDENTE: Com o acréscimo das contribuições pelos Conselheiros levantadas na... CONSOLAÇÃO: Tá, perfeito. PRESIDENTE: No ponto. Correto? CONSOLAÇÃO: É isso, isso. PRESIDENTE: Então tá. Então em regime de votação. Então vocês estão recebendo agora a tela onde que fica habilitado como rege, como regra no nosso regimento. Então a matéria a ser deliberada. Se puder editar lá, orientação sobre benefícios eventuais da Comissão de Apoio com acréscimo das contribuições dos Conselheiros na presente plenária. Em regime de votação. Como vota a SEDESE? Primeiro titular, Cristiano? CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE: Aprova. PRESIDENTE: Como vota a SEDESE, titular Jaime aprova. Como vota a SEPLAG? A suplente... O titular não está presente, a suplente está presente? CONSOLAÇÃO: Não. PRESIDENTE: SEPLAG ausente. Como vota SEAPA? A Conselheira Cynthia? CONSELHEIRA CYNTHIA GOMES: SEAPA aprova. PRESIDENTE: Como vota a Secretaria de Saúde, Conselheiro Tomás? Tomás (trecho incompreensível), por gentileza? Isso, obrigado. Como vota... A suplente da SES, a Cláudia Silva? Ausente. Como vota representação da Secretaria de Educação, Conselheira Silvia? Conselheira Silvia, Silvia Graças Souza? Não se encontra presente. A suplente, Rosália? CONSELHEIRA GABRIELE DA SILVA: Ela está presente... Ela votou no chat, Jaime. Desculpa. PRESIDENTE: Ah, votou no chat. Ah, que ótimo. Obrigado, Conselheira. Conselheira Silvia aprova. Falha no microfone. Então corrigindo, Conselheira Silvia aprova. Da Secretaria da Fazenda nós não temos... Quer dizer... CONSELHEIRO GERALDO DA SILVA: Aprovo. PRESIDENTE: Não recebemos. Conselheiro Geraldo, obrigado. Como nós, não foi ainda (trecho incompreensível) recebido pelo conselho, então o Conselheiro Geraldo é o suplente e ele aprova. Representando COGEMAS, Conselheira Ana Amélia? CONSELHEIRA ANA AMÉLIA: Aprova. PRESIDENTE: Representando o Conselho Municipal de Assistência de Novo Oriente de Minas, Conselheira Haiandra? CONSELHEIRA HAIANDRA OLIVEIRA: Aprova. PRESIDENTE: Representando o Conselho Municipal de Montes Claros, Conselheira Sandra Azevedo? CONSELHEIRA

SANDRA AZEVEDO: Aprovo. PRESIDENTE: Representando a Federação Das Comunidades Quilombolas De Minas Gerais, Conselheira Isaura Lopes? CONSELHEIRA ISAURA LOPES: Aprovo. PRESIDENTE: Representando a Federação Das APAE's de Minas está como ausente. A suplente seria Daiane Alves. Ausente né? CONSOLAÇÃO: Também ausente. PRESIDENTE: Ok. Representando a Federação de Associação Sem Fins Lucrativos, Conselheira Ariadna da Silva? CONSOLAÇÃO: Ausente. PRESIDENTE: O suplente Élerson da Silva? CONSOLAÇÃO: Ele justificou a ausência. PRESIDENTE: Ausente. Representando o Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Belo, Conselheiro Hermellis Campus? CONSELHEIRO HERMELLIS CAMPOS: Pela aprovação. PRESIDENTE: Hermellis, desculpa, Conselheiro. Eu... Hermellis. Obrigado, Conselheiro. CONSELHEIRO HERMELLIS CAMPOS: Sem problemas. PRESIDENTE: Obrigado Conselheiro. Representando o Conselho Central de Curvelo, Conselheiro Lucas Silva? CONSELHEIRO LUCAS SILVA: Pela aprovação. PRESIDENTE: Representando União das Associações de Pirapora, Conselheiro João Alves Crisóstomo? Ausente. Como suplente, o Conselheiro Márcio Caldeiras? CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRAS: Pela aprovação. PRESIDENTE: Obrigado, Conselheiro. Representando o Conselho Municipal de Assistência Social De Juiz de Fora, Conselheiro Antônio Hugo Bento? Não temos indicação do suplente nessa... Então... Existe aqui marcação de presença, mas eu não... Não tem, né? CONSOLAÇÃO: Ele confirmou presença, mas ele não está ainda. PRESIDENTE: Ok, então ausente. Representando o Fórum Estadual dos Usuários do SUAS, Conselheira Anédia Farias? CONSELHEIRA ANÉDIA FARIAS: Concordo. PRESIDENTE: Representando o Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS Salinas, Conselheira Gabriela Loiola? CONSELHEIRA GABRIELA LOIOLA: Aprovo. PRESIDENTE: Representando o Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, Conselheira Patrícia Gomes? CONSELHEIRA PATRÍCIA GOMES: Pela aprovação. PRESIDENTE: Então com 12 aprovações, mais dois. Com 15 votos então fica aprovadas as orientações técnicas sobre o benefício eventuais da Comissão de Apoio com o acréscimo das contribuições dos Conselheiros. Encerrou então a Comissão de Apoio né? Então... CONSELHEIRA PATRÍCIA GOMES: Presidente? PRESIDENTE: Oi? CONSELHEIRA PATRÍCIA GOMES: Eu fiz um pedido de inscrição no chat. PRESIDENTE: Inscrição? É sobre o tema do apoio? CONSELHEIRA PATRÍCIA GOMES: Também. PRESIDENTE: Não... Inscrição sobre? Porque se for sobre... Porque nós estamos na discussão das Comissões de Apoio e agora passaremos para comissão de... CONSELHEIRA PATRÍCIA GOMES: Isso, eu tenho duas falas. PRESIDENTE: É sobre as comissões, Conselheira? CONSELHEIRA PATRÍCIA GOMES: Também. Uma em relação à comissão, um pedido de esclarecimento e outra sobre uma outra questão. PRESIDENTE: Tá, então trataremos só da Comissão de Apoio então, que nós estamos dentro da apresentação da Comissão de Apoio. Por gentileza, Conselheira. CONSELHEIRA PATRÍCIA GOMES: Quando foi votado, com os acréscimos, né? Eu acredito que seja a sugestão da Conselheira Gabriela em relação ao texto, para colocar a questão de situações vexatórias, tal. E aí teve uma proposta também do Cristiano, de que seja enviado junto com o material da SEDESE e a proposta que eu fiz em relação a rememorar quais são os itens discutidos, os encaminhamentos aprovados na época da deliberação da resolução de benefícios eventuais. E aí eu não entendi se isso foi colocado em votação junto. E a outra questão, que eu acho muito importante colocar, é do Conselheiro Irajá que ele disse no início da reunião, mas não houve nenhuma fala nesse

sentido. No momento que ele colocou isso, eu não entendi e aí eu perguntei para ele no privado e para os outros Conselheiros e eu acho importantíssimo registrar isso em ata da necessidade de garantir a participação, conforme combinado. PRESIDENTE: Conselheira? CONSELHEIRA PATRÍCIA GOMES: Que não foi fornecido, pacote de dados nem para o Conselheiro Irajá, nem para a Conselheira Isaura... PRESIDENTE: Conselheira (trecho incompreensível). CONSELHEIRA PATRÍCIA GOMES: Que me autorizaram a fazer essa fala para registro em ata. PRESIDENTE: Conselheira Patrícia? CONSELHEIRA PATRÍCIA GOMES: Então é importante que a gente fique atenta relação a isso para que a gente possa garantir a participação de todos os Conselheiros, conforme reza o regimento. Muito obrigada. PRESIDENTE: Conselheira Patrícia, o pedido foi para inserção de assunto relativo à comissão e essa pauta foi tratada lá no... Já foi passado, inclusive... No... A gente faz transmissão, a transferência de dados. Então a garantia é compromisso sim. Eu só pediria que quando fosse pedido de pauta ser dentro do assunto da comissão, correto? Obrigado, Conselheira. Então, por gentileza, a Comissão de Políticas, se já estiver preparada. CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE: Bom dia. PRESIDENTE: Bom dia. CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE: Cristiano então, SEDESE. Vou passar aqui então as discussões que a gente fez na Comissão de Política. Só para lembrar, a Comissão de Política definiu na sua primeira reunião, que foi feita durante o período em que a Mesa Diretora criada estava reunindo, de que a gente faria reuniões quinzenais, duas vezes por mês. A última reunião foi realizada no dia 22 de maio e teve a participação do Conselheiro Hugo, CMAS Juiz de Fora, da Conselheira Anédia, a minha participação, a Conselheira Ariadna justificou a sua ausência e o Conselheiro Élerson também. Além disso, participaram também da reunião a Conselheira Gabriela, representante do Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS de Salinas, a Conselheira Luanda representando Fórum Estadual de Trabalhadores do SUAS e a Conselheira Silvia, representando a Secretaria de Educação. Além disso, conforme foi solicitado, a gente teve também a participação do Conselheiro Daniel, ele tinha pedido a participação para trazer alguns pontos referentes as denúncias. Inicialmente, eu acho que é bom dizer que foi uma reunião muito proveitosa a gente teve a contribuição muito importante do Daniel que traz para a gente sempre essa... não só do Daniel, mas da Anédia. Esqueci... Acho que esqueci de falar da Anédia. A Anédia participou também, acho que falei. Então trazendo essa realidade que é a realidade dos usuários, do ponto de vista dos usuários e isso é sempre muito rico para gente. Eu acho que é... acho que... a Luana não está hoje, mas a Gabi está aí e a Anédia podem também contribuir, mas foi uma participação muito importante. É sempre importante para a gente ter esses feedbacks e ouvir. Além disso, também, queria registrar que foi, o diálogo, ele foi importante por isso, mas também porque tanto a Conselheira Gabriela, quanto a Conselheira Luanda também trazem essa visão que é a visão dos trabalhadores. Então foi um diálogo muito interessante assim, muito importante. Então a gente não seguiu rigorosamente os pontos que estavam na nossa pauta, porque a gente entendeu que era importante fazer esse diálogo e ouvir essas discussões, tanto do ponto de vista do Daniel, trazendo essas questões envolvendo os usuários, quanto também dos trabalhadores com a Luana e com a Gabi. Então foi uma discussão muito rica. Um dos primeiros pontos que a gente tratou foi a questão dos EPI's para os trabalhadores do SUS. A gente vem trabalhando e vem discutindo isso tanto nas reuniões que foram feitas da Mesa Diretora ampliada e na plenária que foi realizada na semana passada. E aí eu queria trazer rapidamente só algumas informações dos

encaminhamentos que estão sendo dados. Tem sido trazido pelos Conselheiros e também pelos municípios, a gente tem recebido na SEDESE e dado orientações e apoio para os municípios sobre essas dúvidas em relação a quais EPI's e quais quantidades são recomendados para os trabalhadores do SUAS. A gente tem um aceite que foi aberto do Governo Federal e um dos itens que foi disposto, que está disposto lá na Portaria 369 é sobre a compra de EPI's. Os municípios foram elegíveis do Estado, 849, se não me engano. E também o próprio Estado foi elegido para os seus trabalhadores estaduais. Mas a gente vem sentindo, desde o início, uma falta de orientações sobre que tipos de EPI's e quais as quantidades são recomendadas para os trabalhadores do SUAS sabendo que os serviços socioassistenciais são também serviços essenciais e estão na linha de frente, atuando na oferta desses serviços socioassistenciais. Então como encaminhamento, eu fiz contato com a Diretoria de Serviços em Saúde da Secretaria de Educação que prontamente se mostraram bastante solícitos em, junto com a SEDESE e com apoio também do CEAS, de elaborar uma recomendação conjunta do próprio Estado. Uma recomendação da SEDESE junto com a Secretaria de Educação orientando quais EPI's e em quais quantidades seriam necessários para os trabalhadores do SUAS. E aí na reunião da comissão, eu trouxe essa informação que a gente já havia feito esse contato com a Secretaria de Saúde. Encaminhamos para eles as informações sobre a dinâmica das ofertas socioassistenciais nas suas unidades de referência, nas unidades de acolhimento, as diferenças entre os trabalhadores, aqueles que tem mais contato com os usuários, aqueles que têm menos contato para que eles pudessem nos ajudar a referenciar esses tipos de EPI's. E aí, a gente então fez uma reunião. A SEDESE, fez uma reunião com a Secretaria de Saúde e ao mesmo tempo a Secretaria Executiva também fez uma proposta de documento trazendo informações sobre EPI's e a gente também, e isso foi compartilhado com os Conselheiros, e aí a gente tinha marcado até terça-feira passada para que pudesse ser feita a sugestões nesse documento que a Secretaria Executiva tinha elaborado preliminarmente. A gente aproveitou também esse documento para poder fazer essa discussão com a Secretaria de Saúde. A gente já tem, hoje, aí já é uma um informe sobre em que pé da essa recomendação. A gente já conseguiu junto com a Secretaria de Saúde elaborar uma minuta. Essa minuta, ela vai trazer informações não só sobre os EPI's e sobre as quantidades necessárias conforme os tipos de trabalhadores do SUAS nas suas diferentes ofertas, mas também informações sobre as medidas de controle e de segurança de saúde nas unidades, nos contatos com usuários e nas medidas também de higiene que já estão dispostas também em outros documentos, tanto da SEDESE, quanto da Saúde. Então a gente já tem uma primeira versão que está sendo validada e aí eu queria só registrar uma discussão que a gente fez também que é a discussão de que seria importante que esse tipo de orientação, por ser uma orientação bastante técnica e que envolve muito as orientações da Secretaria de Saúde, que fosse um documento do Estado. Então a gente seguiu com esse encaminhamento e a gente espera que esse documento seja finalizado já na próxima semana, para que seja publicado e enviado para os municípios como orientação. Então sobre esse ponto é essa a discussão. Aí se os outros Conselheiros também quiserem fazer algum comentário a respeito desse ponto, tá? Eu acho que é isso. Eu não sei, a Conselheira Luanda pediu inscrição, aí eu não sei se é sobre esse ponto ou não. Porque senão eu já poderia passar para o próximo ponto da comissão. PRESIDENTE: Obrigado, Conselheiro. A Secretária Executiva, Consolação, o processo normalmente é votado ponto a ponto?

CONSOLAÇÃO: Para facilitar, geralmente, a gente quando os pontos são assim, encaminhamentos que demandam às vezes adição, a gente passa ponto a ponto, mas se acordado anteriormente nas comissões. Entendeu? Na apresentação das comissões. Aí vê a melhor forma. Eu acredito que, no caso desse ponto, que também seja interessante a gente... PRESIDENTE: Ponto a ponto, né? CONSOLAÇÃO: Indo ponto a ponto. PRESIDENTE: Ok. Então só para poder contextualizar do que está escrito no chat. Conselheira Patrícia, com relação ao que foi mencionado, pelo Conselheiro Irajá e ele mencionou a questão sim, da dificuldade que ele poderá ter de continuar a plenária. Então eu não sei se foi errado ou não, mas a gente... Eu vou então... Se eu não passei essa informação no início, então eu pediria só que quando tivesse com alguma dificuldade na conexão, que por favor retorne para Mesa que nós providenciaremos então uma transferência de dados necessários para que possa concluir. A presença, Conselheira Patrícia e todos os Conselheiros, é muito importante em todas as plenárias. Não só presencial, como virtual. E Conselheiro Irajá, não é insensibilidade, é que nós... Todos têm direito de poder ser expressar e todos têm a garantia de poder se expressar. O que a gente só pede, como nós estamos em uma sessão extraordinária e o ponto, e o Conselheiro já levantou na questão inicial, então se, de repente, eu posso não ter sido bem claro quando eu fiz a minha fala, então de maneira bem... Quando eu estiver tendo alguma dificuldade, por favor, se você avisar um pouquinho... Enfim, se acontecer alguma dificuldade, nos avise para que a gente possa então corrigir a situação. O direito de participação, fica... é amplo, é garantido. A única coisa que a gente tem é o próprio regimento que ele precisa seguir, a questão de normas. Então isso é uma questão que não é só desse conselho, são de todos os conselhos. Então a gente faz isso. Com relação... A Conselheira Patrícia disse que minha pergunta sobre a própria Comissão de Apoio não foi esclarecida. Foi, Conselheira, foi inserido, inclusive, em votação que seria acrescido das contribuições dos Conselheiros que se manifestaram na plenária. Então toda a proposta apresentada será assim. Conselheiro Irajá, enfim... Eu... Não é porque é que aqui a gente preza muito a presença de todos. Conselheira Patrícia, quer que coloque de novo a proposta de rememorar os encaminhamentos quanto da aprovação da resolução que foi aprovada hoje, quando a Comissão de Apoio... A proposta de rememorar os encaminhamentos quando da aprovação da resolução em benefícios eventuais foram aprovadas hoje quando a pauta da Comissão de Apoio foi deliberada. É como é que são as contribuições, né? Que são feitas que foram aprovadas, por isso que a gente, no início, eu até peço, se a Secretária Executiva assim entender também, e até os Conselheiros, que todas as súmulas e material que for, que ela sejam disponibilizadas pelo menos com algum prazo, de antecedência porque eu acho que é muito importante para a colaboração de todos e até mesmo... Eu entendo que muitas vezes é da mesma forma também, às vezes, a gente não... É melhor ter o documento, em mãos, para poder fazer as contribuições para poder encaminhar. Eu, particularmente, eu também prefiro. Então pediria... Isso, isso é possível, não é Secretária? CONSOLAÇÃO: Claro. Nós vamos... Houve uma falha, eu achei que realmente (trecho incompreensível) já tinha sido encaminhado para reunião passada. Então como também ninguém me cobrou, eu achei que realmente tinha ido. Então houve uma falha. Como foi muito uma muito perto uma da outra, eu achei que realmente tinha sido encaminhada. Mas eu vou agora, observar isso. Peço desculpas a todos. PRESIDENTE: Ok, então. Obrigada, Conselheira. Aí Conselheiro Irajá, pediu então a inscrição. Deixa-me ver (trecho incompreensível) por gentileza, Conselheiro. CONSELHEIRO DAMIÃO BRAZ (IRAJÁ): Bom dia a todos

novamente. Bom, Presidente... Eu, assim, eu fiquei um pouco meio triste no momento que a Conselheira Patrícia estava falando e o senhor tentando cortar a fala. Eu até... um pouco meio abusivo nessa questão. Eu acho que nós temos direito sim a fala. Agora, eu acho que a cortar a fala no meio da conversa, eu achei um pouco... Então eu me pergunto, será que quando nós estivermos presencialmente, que não seja virtual, o senhor vai continuar fazendo isso? O senhor vai cortar a fala dos Conselheiros? Isso que eu quero saber por que a gente tem que começar a entender como que vai ser o perfil do novo Presidente do Conselho... do CEAS. Em relação aos dados, eu fiz... eu acho que eu perguntei a Consolação hoje pela manhã como é que estaria essa disponibilidade, porque assim, eu uso dados meus, do meu telefone pessoal para estar acompanhando as reuniões. Tive um acompanhamento ontem na Comissão de Apoio do meus dados, eu não estou cobrando nada aqui do CEAS, mas se foi prometido, eu quero ter. Se foi prometido que ia ter os dados para acompanhar as reuniões, eu quero ter. Agora, se não fosse prometido, eu me virava para continuar tendo as reuniões usando os meus próprios dados, Presidente. Fiquei muito chateado da dessa forma que o senhor tratou a Conselheira Patrícia. Eu acho que tem que ter um respeito, assim como nós temos um respeito pelo senhor, tem que ter respeito pelos Conselheiros. Eu quero ver quando for presencialmente, se isso vai acontecer. PRESIDENTE: Certo. Conselheiro, novamente, eu... Não é intenção, de cercear, mas só confirmando, Conselheiro, hoje pela manhã... É que quem fez o envio dos dados de 1gb foi eu mesmo. Então, hoje de manhã, foi disponibilizado pelo telefone, que foi o que a Conselheira Consolação me encaminhou e eu transferi hoje de manhã ainda um pacote de dados, Conselheiro. Caiu, foi recebido. Então a gente... a gente crê, eu falei antes... A gente tem essa importância da participação de todos os Conselheiros e é muito importante sim. Então eu... Se houve um mal entendimento, por gentileza, peço desculpas, mas não é intenção mesmo de poder interromper ou questão de cercear a fala de qualquer Conselheiro. Eu só queria... A gente pede também, que as falas, quando a gente está dentro de uma comissão... porque muitas vezes o Conselheiro está atento, naquela... Eu sei que o assunto é relevante, então aí poderia ter até pedido uma questão até de ordem, que eu acho que seria até o ideal nesse momento. Mas te agradeço, Conselheiro Irajá. Com certeza a gente, se Deus quiser, a gente pode... vai retornar essas plenárias virtuais... Opa, as plenárias presenciais. E com certeza, a gente tem... todos os Conselheiros tem muito a poder contribuir, poder colaborar. A participação de todos é importante, mas vamos então né? Mas vamos continuar o nosso processo. E vamos... Se tiver alguma situação que pode não ter ficado esclarecida... na plenária anterior a gente teve vários problemas com áudio. Eu mesmo tive vários problemas com áudio, procurei também corrigir, para que pudesse ficar mais claro. Nós temos muitos problemas com instabilidade de internet, então é uma série de desafios. Mas a gente, está disposto a sempre fazer as correções necessárias, os ajustes necessários. E, principalmente, garantir a presença. Conselheiro... Aqui fala Elaine Madureira favor identificar de onde é. Eu não... Não entendi. Aí tem a inscrição da Conselheira... Só um pouquinho, tem uma chamada aqui. Só um minutinho. Conselheira Luanda, por gentileza. (trecho incompreensível). CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA: Bom dia gente. Bom dia, presidente. PRESIDENTE: Bom dia. CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA: Eu cheguei atrasada, peço desculpa a todos. Eu cheguei até no momento em que estava havendo essa fala da Patrícia, foi cortado, me assustei bastante, Presidente, porque essa é uma..., foi uma coisa que me incomodou, assim como incomodou o Irajá. Eu gostaria de deixar registrada. Eu

acho que aqui a gente tem essa prática de ir nos aprimorando a cada dia. Eu entendo a questão do tempo, eu entendo que a gente tem pautas, mas eu entendo que tem coisas importantes que precisam ser ditas e fiquei muito incomodada com essa atitude que pareceu de tolher a fala também. Então gostaria de deixar isso registrado para a gente ir aprimorando e que isso não... possa não acontecer mais. E aí, em segundo lugar, eu queria pontuar, o Cristiano começou fazendo a leitura das presenças na reunião e é uma questão que eu pontuei na comissão, na própria comissão e gostaria de pontuar aqui. Conselheira Ariadna está com muitas dificuldades de acesso à internet. Na Comissão de Política, salvo engano, Cristiano me corrija se eu tiver enganada, mas ela nunca conseguiu participar de nenhuma reunião da comissão. Vale lembrar que ela é Subcoordenadora da Comissão. Então a gente está falando de uma questão que é muito importante que é de acesso aos Conselheiros. E aí quando vocês pontuam as explicações de hoje sobre transferência de dados, me incomoda também, porque eu não estou vendo uma política de estado de garantia dos Conselheiros na reunião. O que eu vejo são ações individuais. Então o seu particular pacote de dados para transferência de um outro e qual é a política de estado para garantia de participação dos Conselheiros efetiva nas plenárias? Então a gente precisa discutir isso urgente. Nós estamos em uma situação em que a gente sabe que a reunião presencial vai estar difícil por algum tempo. Se a gente continuar fazendo plenárias virtuais, capengando dessa forma com as participações, eu acho que a gente vai perder muito da qualidade e da legitimidade desse conselho. Então eu queria reforçar isso, principalmente na questão da Conselheira Ariadna que é Subcoordenadora da Comissão e, salvo engano, nunca participou de nenhuma reunião da comissão. PRESIDENTE: Ok, Conselheira Luanda. Obrigado pelas suas colocações. Com certeza, a gente ainda vai se aprimorando. E, novamente, a gente tem muito a construir, muito para poder colaborar e a colaboração de todos. Isso, com certeza, já é uma pauta. Nós sempre esperamos que essa situação se normalize, então infelizmente a gente tem essa situação. A Conselheira Patrícia colocou que a Conselheira Isaura também não recebeu a transferência de dados como eu disse na minha fala. Eu não sei... Deixa-me só verificar aqui, porque eu fiz... Não (trecho incompreensível) eu sempre faço a doação para o conselho, mas como entendendo que existia dois números que não recebiam, né? Então eu não sei se a Conselheira Isaura é que tem o telefone final 0602? Se for esse final 0602 também foi transferido na data de... Foi transferida até... Foi transferido na data de ontem com vigência de também até as 23:59 do dia 4. Então, pelo menos, foi a mensagem que eu recebi. Com relação aos chips da Conselheira Ariadna, de fato, nos encaminhamos os chips, os dois chips com a capacidade de internet. Então Conselheira assim, obrigado pela manifestação, que precisa então ver se tem algum problema técnico. O mesmo aconteceu até com o Conselheiro Daniel em um dos chips, mas foi prontamente restabelecido. Então se tiver algum problema, eu peço, por gentileza que a Conselheira... Eu já vou pedir até para Secretária Executiva, para que ela faça anotação dessa situação e que... ver a situação, se é um problema técnico e que é importante sim. A gente tem a expectativa que essas reuniões virtuais, elas possam acabar (trecho incompreensível) ter a anormalidade, mas infelizmente eu penso que a gente não tenha uma perspectiva de tão rápido. A Conselheira Patrícia, também pontuou assim: "Importante disponibilizar os pontos das pautas das comissões para os Conselheiros". Isso, agora a gente já vai pedir. Eu acho muito importante, que todos os Conselheiros né? Que aí faz as contribuições, pode fazer as anotações. O Conselheiro Hermellis – agora eu acho

que eu vou falar certo – também ele entendeu que é manter a ordem na reunião seguindo os pontos de pauta. As coisas vão acontecendo, as ideias vão surgindo e as conversas, as discussões vão se materializando de forma dinâmica. Portanto, fica aqui também com descontentamento do Presidente tolher a fala. E não vai durar (trecho incompreensível) com seu entendimento (trecho incompreensível). Já pedi, pedi que (trecho incompreensível) reitero de novo se foi entendido de que foi de cercear a fala. A Conselheira Sandra, somente falar que a reunião do dia 28 ficou acordada a pauta dessa reunião hoje. Ok. Conselheiro Hermellis (trecho incompreensível) o exercício de ver o mundo mais sistemático, (trecho incompreensível) o outro como legítimo o espaço de convivência. Perfeito, Conselheiro. Coloquei as súmulas no grupo de Conselheiros. A Conselheira Sandra diz que sim, aí o Conselheiro Hermellis, ver sistematicamente o mundo é viver e pensar a complexidade do mundo. É ver e pensar as relações existentes em todos os níveis na natureza e buscar sempre a compreensão dos acontecimentos e sejam físicos, biológicos e sociais em relação aos contextos em que ocorrem é reconhecer a complexidade organizada no universo. O Conselheiro Cristiano pediu para se inscrever? CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE: É bem rapidinho, é só para contribuir também. Eu acho que assim, a gente está no processo de... Posso falar? PRESIDENTE: Pode. CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE: Que a gente está em um processo de construção, conjunta, é sempre mais difícil esse ambiente virtual que a gente está se adaptando, mas a gente precisa se adaptar rápido. Mas eu acredito assim, muito, já estou no conselho tem muito tempo assim, como Conselheiro há um ano e meio só mas acompanho as ações do Conselho Estadual deste que entrei para a SEDESE em 2011. E eu acho que é isso assim, eu acho que é sempre primar pelo diálogo que é o que a gente está falando e reconhecendo também quando a gente precisa mudar e reconhecendo esse lugar de importância de todos na construção disso que a gente está fazendo aqui. Então só reforçar isso que eu acho que esse é o principal e a gente está preocupado com isso sim. E aí, sobre essa questão dos dados e da internet, essa tem sido uma preocupação do Estado desde o início quando começaram essas reuniões virtuais. Eu falo porque eu tenho acompanhado de perto também, isso, e posso dizer que essa realmente é uma preocupação. Só que a gente tem limites, porque a gente está falando do poder público. Então uma das primeiras medidas que foram tomadas foi com base naqueles que a gente recebeu a informação que estava tendo dificuldades, foi de rapidamente encontrar, dentro da SEDESE, a possibilidade de enviar chips com dados para os Conselheiros. Então assim, é só para reforçar isso que já foi falado aí. Foi enviado, a gente conseguiu enviar os chips para o Daniel e para Ariadna. Aí um pouco até respondendo a fala da Luanda. A gente conseguiu, a gente ficou em contato com ela o tempo todo inteiro, desde a última semana e ela recebeu o chip conseguiu pegar o chip. Foi enviado pelos Correios e ela conseguiu pegar o chip na semana passada, na segunda-feira. Então também respondendo essa fala da Luanda que quanto a Ariadna, a gente enviou o chip, com dados, e para o Daniel também. E assim, à medida que a gente vai também tentando... A gente está tentando destravar alguns entraves que a gente tem ainda, mas a gente tem, à medida que a gente vai destravando, a gente vai conseguindo solucionar também. Sobre a questão de doação, é isso também. A gente da SEDESE com base nessas dificuldades que a gente estava tendo também de disponibilizar um chip com dados, de encontrar uma solução rápida para essa situação diante da urgência das reuniões, a gente... Eu mesmo fiz isso também, de doar dados e aí fiz uma doação na semana passada e fiz... E aí depois a gente precisava

só confirmar se recebeu, porque a gente faz isso pelo aplicativo, mas foi... Queria deixar bem claro, foi uma medida para tentar sanar essa dificuldade que a gente tinha. É lógico, como política pública, que esse não é o melhor caminho. Mas, diante das dificuldades para conseguir garantir também a participação de alguns Conselheiros por causa dessa questão dos dados, foi uma das medidas que a gente tomou, mas assim, com muita tranquilidade. Tanto que nem falei a respeito disso. A gente manteve internamente na SEDESE. Mas é só para deixar registrado também, é isso. Que a gente tem feito um esforço sim, mas a gente tem esses limites que a gente está tentando vencer também. Mas é isso, era isso. PRESIDENTE: Ok, Conselheiro. Conselheiro Hermellis: É ainda reconhecer que não existe realidades objetivas, vamos constituindo realidades, físicas, objetivas e sociais à medida que interagimos com o mundo. Que enquanto, por meio de conversações vamos definir situações (trecho incompreensível) das pessoas como deficientes e etc., enquanto vão sendo constituídas as realidades vão se instalando e ao mesmo tempo em que se instala vão agindo também recursivamente sobre nossas interpretações com essas situações ou com essas pessoas. A Conselheira Patrícia ainda menciona que: Entendo que hoje a pauta é somente tratar a pauta recente, contudo não podemos interpretar... CONSELHEIRO LUCAS SILVA: Presidente? Presidente? PRESIDENTE: Oi? CONSELHEIRO LUCAS SILVA: Uma questão de ordem. Eu acho que já ficou esclarecido esse ponto da... PRESIDENTE: (Trecho incompreensível). CONSELHEIRO LUCAS SILVA: Dos dados, de internet. Eu acho que como a gente já está em discussão da súmula das comissões que foram apresentadas, eu acho que a gente deveria agora se ater aos encaminhamentos da súmula... PRESIDENTE: Aos pontos da pauta. CONSELHEIRO LUCAS SILVA: E a gente seguir a pauta. Já esclarecida, tanto pelos Conselheiros, também pela presidência. Eu acho que a gente já pode prosseguir com a pauta. PRESIDENTE: Ok. Então tá. Não... É que só... Eu li atido como em outras plenárias a gente vai lendo, então até a gente... Vamos então passar para votação. Então em regime de votação, se os Conselheiros assim estiverem atendidos, com a proposta do Conselheiro. Então podemos passar para votação do primeiro ponto, da súmula. CONSELHEIRO LUCAS SILVA: Presidente? Eu acho que não houve nem discussão, da súmula. PRESIDENTE: Ah, não houve nem discussão? CONSELHEIRO LUCAS SILVA: Não. PRESIDENTE: Então tá, por gentileza, em discussão o ponto 1 do processo de elaboração sobre o uso dos EPI's. Agora então vamos abrir então. Quem estiver em escrito no chat para a discussão do ponto 1. CONSELHEIRO LUCAS SILVA: Tem inscrição da Gabriele, mas ela saiu da reunião. PRESIDENTE: Ela pediu (áudio ruim) A Gabriela? Ou Gabriele? CONSELHEIRO LUCAS SILVA: Gabriele. PRESIDENTE: É porque lá embaixo, depois ela botou: "Concordo com o Lucas. Retiro a minha inscrição". CONSELHEIRO LUCAS SILVA: Ah tá, achei que era reitera. Eu que li errado. PRESIDENTE: Isso. Daniel? Conselheiro Daniel, por gentileza. Bom dia. CONSELHEIRO DANIEL CRUZ: Bom dia a todos (trecho incompreensível) a respeito desse ponto desse processo da súmula aí para compra de do uso de EPI, eu acho que quando (trecho incompreensível) uma pergunta que se você fala assim: para qual quais trabalhadores do SUAS? Automaticamente eu tenho (trecho incompreensível) receio, senhoras e senhores, que essa fala, ela fique porque isso está sendo (trecho incompreensível) de critério para os trabalhadores do SUAS e o trabalhador do SUAS que haja, atue no âmbito indireto ao isolado e a todos são diretos, então eu acho que essa questão para quais trabalhadores, eu acho que é impertinente ela estar aí uma vez que o uso de EPI's, ele foi criado no

início no intuito de proteger a saúde tanto dos usuários tanto quanto também do profissional que está atuando. Entende? Então assim, e foi falado (trecho incompreensível) a portaria Estadual de Saúde ao uso que a referência de equipamento, eu acho que não seria tão interessante, porque, assim, pode acontecer da Secretaria de Saúde virar e falar de alguns equipamentos que são ilógicos e surreais. E que nenhum gestor vai conseguir capacidade de sustentar para seus profissionais. Eu acho que um meio termo aí deve ser estudado e deve ser interposto na orientação também. Agradeço. PRESIDENTE: Ok, Conselheiro Daniel. Obrigado pela participação. O Conselheiro Cristiano, ele se inscreveu para esclarecer o ponto trazido pelo Conselheiro Daniel. Conselheiro Daniel, por gentileza, Cristiano. CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE: Bom dia novamente. Eu não sei se eu consegui entender corretamente, Daniel. Se eu tiver errado, você me ajuda, por favor. Mas assim, essa orientação que está sendo desenvolvida pela SEDESE em conjunto com a Saúde, a ideia é dar orientações aos gestores e aos trabalhadores sobre quais EPI's são indicados para os trabalhadores que atuam nas ofertas socioassistenciais. Por exemplo, nas unidades de CRAS. Dentro de uma unidade de CRAS ou dentro de uma unidade de CREAS a gente tem trabalhadores que atuam de formas diferentes nesse contato com o usuário. A gente tem as equipes de referência, assistentes sociais, psicólogos ou advogados que têm um atendimento mais direto com os usuários. Então para esses profissionais, a saúde está nos ajudando com base nos documentos que eles têm lá de orientação para outros tipos de profissionais, como os profissionais da Saúde, que tipos de EPI's, que tipos de equipamentos de proteção individuais são mais indicados quando se tem esse contato mais direto. É lógico que tem uma diferença da atuação de um profissional de serviço social, um assistente social que trabalha em uma unidade de CRAS ou do CREAS é diferente esse trabalho de um trabalho de um enfermeiro, por exemplo, que está na saúde. Então o que a gente fez? A gente passou em enviou para Secretaria de Saúde um documento informando assim, como que é, por exemplo, o trabalho do assistente social dentro de uma unidade de CRAS ou de CREAS. Como é que ele faz esse trabalho? Ou um profissional que trabalha na abordagem social? Ou um profissional que é um profissional cuidador, por exemplo, que trabalha dentro de uma unidade de acolhimento? Então conforme esse nível de interação com usuários ou de contato que existe com os usuários, quais são os materiais indicados. Inclusive, com as quantidades porque, por exemplo, no caso de máscara descartáveis você tem um tempo de uso desses materiais. Então que a gente fez foi levar para Secretaria de Saúde todos esses profissionais com seus variados perfis. Motoristas, recepcionistas, auxiliares administrativos, técnicos de informática, equipes de referências, coordenadores... Então a gente discriminou para eles todos esses trabalhadores que atuam diretamente no atendimento aos usuários e outros trabalhadores também que não atuam diretamente no atendimento dos usuários, mas que também se encontram trabalhando dentro das unidades e dos serviços. Então essa é a discussão que a gente tem feito com a Secretaria de Saúde. A outra coisa é isso que eu disse no início. É que os municípios 849 municípios do Estado vão receber, estão recebendo recursos do cofinanciamento federal, recursos federais para compra de EPI's para esses trabalhadores que atuam nos serviços da básica e da especial. Então as prefeituras, os gestores municipais de assistência vão receber esses recursos e vão comprar esses EPI's. Já estão recebendo esses recursos. Então a nossa intenção é orientar também os gestores para que tipo de material deve ser comprado. Se é máscaras, protetores faciais, aventais, luvas, toucas, conforme a necessidade e o

grau de interação que esses profissionais têm com os usuários. Então é isso. E a outra coisa também é que nessa recomendação a gente está trazendo também a necessidade de que essa compra que seja feita, ela possa também destinar uma parte desses materiais para que sejam utilizados também para os usuários que vão até os serviços, por exemplo, como máscaras. E todas as medidas também de segurança dentro da unidade que devem ser observadas, questões envolvendo a proximidade, envolvendo contato. Então a gente está indo nesse sentido. Obrigado. PRESIDENTE: Ok, Conselheiro. O Conselheiro Daniel pediu novamente a respeito desse ponto. Aí, se os Conselheiros assim entenderem, que após a inscrição do Daniel já estão satisfeitos para poder... Ah sim, tem a Conselheira Sandra, que pediu inscrição. Então, por gentileza, Conselheiro Daniel. CONSELHEIRO DANIEL CRUZ: Então, o que é que acontece? Essa parte, Conselheiro Cristiano, eu entendi. Só que o que não dá para entender é como se faz um atendimento indireto em um sistema de pandemia, no intuito de pandemia. E quando a gente fala aí que a orientação para o recurso vá ao município para fazer a compra do (áudio ruim) de máscaras, de material de EPI eu acho que isso é bem interessante alocar a possibilidade de colocar (áudio ruim) as entidades que já tem um contrato de execução de serviço junto ao público (áudio ruim) as prefeituras municipais que isso possa auxiliá-las porque se a gente parar para analisar um pouco, acaba que se deixar nesse formato que está... Eu tenho um pouco de receio que somente aquelas pessoas que são concursadas e são consideradas agentes públicos no município que vão receber esses materiais e aqueles trabalhadores terceirizados, eles ficaram a ver navios. Entendeu? Agradeço. PRESIDENTE: Ok... Obrigado, Conselheiro. Obrigado, Conselheiro Daniel. Conselheira Sandra, por gentileza. CONSELHEIRA SANDRA AZEVEDO: Então, eu não sei se eu me perdi ou não foi falado, mas uma das questões na questão da compra dos EPI's pelos municípios para os trabalhadores do SUAS uma questão é a questão da quantidade. Como essa questão de EPI's não é (trecho incompreensível) solicitação para nós e isso é novo por causa da pandemia, até que definir que tipos de EPI's vamos adquirir... Até que aqui, no nosso município a gente conseguiu trabalhar isso de uma certa forma mais tranquila, mas quando nós fomos estipular a questão de quantidade, por exemplo, é luvas: quais as categorias que tem que trazer? Quais os profissionais que vão precisar de luvas? E quantas luvas por dia? A mesma questão é com relação à questão das máscaras. Então assim, essa questão de especificar a quantidade para cada profissional, dependendo do serviço, nós sentimos muitas dificuldades de (trecho incompreensível), quer dizer, estamos tendo porque ainda não conseguimos fechar. PRESIDENTE: Ok, Conselheira Sandra. Obrigada pela contribuição. O Conselheiro Hermellis, ele pede esclarecimento para votar. No caso... Seriam... "Eu peço esclarecimentos para votar" (trecho incompreensível I). CONSELHEIRO HERMELLIS CAMPOS: Então Presidente, é isso mesmo, é porque eu não estou entendendo que assim, está sendo votado são esses critérios que vão vir na nota das SUBAS ou da recomendação das SUBAS. O que está sendo colocado para votação? Aí eles falaram que... PRESIDENTE: Ah, sim. CONSELHEIRO HERMELLIS CAMPOS: Você colocar para votação é fazer esse esclarecimento do que é que está sendo para votar mesmo. PRESIDENTE: Então tá. Aqui a contribuição. Obrigado, Conselheiro pela contribuição. Conselheira Sandra: A recomendação conjunta também vai trazer essa quantidade necessária. E a conselheira Luanda, acredita que esse ponto não está para deliberação, seria só para encaminhamento. Se os Conselheiros assim entenderem, né? Então o encaminhamento seria enviar aos Conselheiros

documento produzido pela Secretaria sobre o tema para contribuição, aí fala até o dia 26 de maio né? Mas, provavelmente, seja... Provavelmente seja um outro prazo, não é Conselheiro Cristiano?

CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE: Sim, desculpa. Não consegui ouvir, Jaime. Você repete, por favor?

PRESIDENTE: É que consta ali no ponto 1 o encaminhamento: "Enviar aos Conselheiros documento produzido pela Secretaria sobre o tema para contribuição até na terça-feira, dia 26 de maio.". CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE: É, isso já foi vencido. A gente já recebeu essas contribuições na Comissão de Política e na construção conjunta que a gente está fazendo com a Secretaria de Saúde foram absorvidas as contribuições. E eu acho que é só reforçando isso que a Luanda colocou aí, eu também acho que não seja o caso de votação. É mais o encaminhamento mesmo que foi dado pela Comissão de Política.

PRESIDENTE: Se os Conselheiros estão satisfeitos com o encaminhamento, eu... Eu não... Não há necessidade de encaminhamento para votação, haja vista que é o encaminhamento da comissão. Os Conselheiros estão satisfeitos?

CONSELHEIRA ANÉDIA FARIAS: Eu apoio o encaminhamento.

PRESIDENTE: Ok. Ok. Ok. Estamos... Podemos então encaminhar para o ponto dois, por gentileza.

CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE: Dando sequência as discussões que foram feitas na Comissão de Política, a gente entra nas questões envolvendo as denúncias. Como todos sabem, a gente na Comissão de Política, recebe uma série de denúncias que são encaminhadas para o CEAS vindos de diferentes fatores, principalmente nos conselhos municipais. E aí como eu falei no início e aí os outros Conselheiros da comissão podem também contribuir, a gente fez uma discussão muito baseada nesse diálogo a partir das discussões com Daniel. E aí o Daniel não estava no início quando eu fiz o início do relato da comissão e aí, Daniel, o que eu falei é que a gente... durante a nossa última reunião que teve a sua participação, a gente fez uma discussão muito rica com base nos exemplos que a gente tinha das denúncias que chegaram envolvendo pessoas em situação de rua, a gente acabou fazendo uma discussão e um diálogo muito rico sobre essa relação dos serviços e das denúncias que chegam até o conselho, principalmente envolvendo pessoas em situação de rua. Então a gente ficou boa parte da reunião fazendo essa discussão, com as contribuições do Daniel e dos demais Conselheiros da comissão. E como encaminhamento para as denúncias, a gente deu uma série de ofícios que foram encaminhadas para os conselhos municipais que receberam, que enviaram as denúncias para o Conselho Estadual. Alguns desses relatos estão vindo aí na tela, alguns conselhos já retornaram as informações, outros ainda não. Alguns ofícios que são ainda os mais recentes, ainda serão encaminhados para os conselhos municipais. E também para SUBAS para que a Subsecretaria, através da (trecho incompreensível) básica especial também contribua para a solução e apuração dessas denúncias junto aos gestores municipais. A próxima reunião da comissão, ela está agendada para amanhã. E aí amanhã a gente vai dar continuidade as discussões sobre essas denúncias que chegaram e aos encaminhamentos, e as respostas que a gente já teve das denúncias que chegaram até a comissão para poder apresentar também na próxima reunião. Mas os outros Conselheiros e da comissão, se quiserem completar...

PRESIDENTE: Ok, Conselheiro. Os demais membros da comissão gostariam de se manifestar, completar?

CONSELHEIRA ANÉDIA FARIAS: Eu posso falar?

PRESIDENTE: Pode, Conselheira.

CONSELHEIRA ANÉDIA FARIAS: Cristiano, eu vou preferir me manifestar sobre o que o Cristiano falou aí agora, esperar a nossa reunião de amanhã para a gente ter mais informações, porque o que eu

quero perguntar eu acho que amanhã vou ter mais respostas. Para a gente não perder muito tempo, eu vou esperar tá? O que o Daniel trouxe é muito importante, então já que amanhã nós temos essa reunião, eu vou esperar um pouco para na próxima eu falar. Tá? Obrigada. PRESIDENTE: Ok, Conselheira. Obrigada pela participação. Tem mais algum Conselheiro que gostaria de se manifestar? Eu sigo pela mesma forma de encaminhamento da proposição pela comissão? CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE: Jaime? O Daniel tá... Postou aqui no chat... PRESIDENTE: Ah, desculpa. (Trecho incompreensível). CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE: Ele gostaria de... Mas aí acabou que ele mandou para mim aqui, mas eu coloco aí também para comissão. Ele deseja participar novamente da próxima reunião que é amanhã. Assim, é claro, se... Eu acho que os outros membros da comissão também podem se manifestar aqui, mas claro, Daniel, a sua participação é sempre importante. PRESIDENTE: Uhum. Obrigado, Conselheiro Cristiano. Agora que eu vou ler também isso, o Conselheiro Daniel pode participar, sim. Pode participar. A participação nas comissões é muito importante para enriquecer. A Secretária Executiva, passou que não a ponto de votação. Então seria só o encaminhamento feito pela comissão. Está... Pode... Tem mais algum ponto da comissão, Conselheiro? CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE: Não. PRESIDENTE: Ok, então... Podemos passar então para próxima comissão? Comissão de Normas, né? Alô? Da Comissão de Normas? CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA: Conselheiros aí, Bom dia. PRESIDENTE: Bom dia, Conselheiro. Está bem baixinho, Conselheiro Márcio. CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA: Bom dia. Melhorou? PRESIDENTE: Melhorou. CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA: Ótimo, obrigada. A Rosa vai estar colocando a nossa súmula para apresentação. Na verdade, nós temos dois pontos para trazer aqui para a planária. Deixa-me ver aqui aonde está a apresentação. Bom, primeiro ponto seria o retorno referente ao encaminhamento que foi aprovado lá ainda no comitê (trecho incompreensível) a gente estabeleceu para dar encaminhamento algumas questões do conselho. E era um encaminhamento de um ofício referente a suspensão temporária de dois contratos do Projeto Hidroagrícola de Jequitaiá. Nós fizemos a discussão no comitê sobre a importância de posicionamento do Conselho Estadual de Assistência Social e foi feito a partir dessa discussão no comitê, um ofício direcionado ao secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento onde o teor deste ofício falava sobre uma suspensão temporária da execução de um contrato responsável pela implantação do plano de assistência social da barragem do projeto Hidroagrícola de Jequitaiá. Então CEAS fez uma discussão, a Comissão de Normas fez uma discussão intensa sobre as implicações da suspensão temporária dessa execução e foi apresentado ao comitê. E a partir daí a aprovação foi direcionada neste ofício para Secretaria de Agricultura. Nós fomos... O CEAS recebeu o retorno, deste ofício, e assim, foi muito positivo a nossa ação, por quê? Todos os pontos que foram elaborados pelo CEAS e apresentados neste ofício, eles foram respondidos detalhadamente pela secretaria e o fato final é que o posto... A suspensão, ela foi suspensa. Significa que a implementação do Plano de Assistência Social nesses municípios que são afetados, pelo Projeto Hidroagrícola de Jequitaiá, ele permanece com todos os cuidados necessários em que o momento requer do ponto de vista do trabalhador, dos usuários, em função das orientações das autoridades de saúde. E assim, foi muito positiva a atuação do conselho, uma vez que ele entendeu que se nós não manifestássemos naquele momento, a gente poderia também contribuir para que um grande número de famílias, que são atingidas por esse empreendimento, pudessem vir a ser afetadas pela suspensão

desses trabalhos. E a gente teve o retorno extremamente positivo. A própria empresa que executa o Plano de Assistência Social, ela não acatou a suspensão, porque ela entendeu também que isso seria um prejuízo enorme para suas atividades. Então ela fez essa devolutiva também à Secretaria e que estaria muito de acordo com ao que o CEAS apresentou via este ofício. Então estou trazendo aqui o retorno para conhecimento da plenária, que essa ação do controle social, ela foi efetiva. Que nós realmente agimos na hora certa, e a decisão do comitê foi extremamente acertada em função das ações que a gente levantou que poderiam impactar a vida de todas essas famílias atingidas. E assim, foi muito gratificante a acolhida por parte da Secretaria da Agricultura de todas as questões apresentadas pelo conselho e que reviu o seu processo de suspensão. Então a Comissão de Normas está trazendo aqui a apresentação desse resultado de um trabalho que foi feito com a participação de todos esses proponentes aí do comitê. Então é isso, Presidente. Esse foi o primeiro ponto. Se algum membro aí da comissão também gostaria de acrescentar, clarear um pouco mais, fiquem à vontade, por gentileza.

PRESIDENTE: Ok, Conselheiro. Eu não sei se mais algum Conselheiro, algum membro integrante da comissão gostaria de colaborar. Senão, nós passamos então para os demais Conselheiros que queiram se manifestar.

CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA: Eu queria também, Presidente, deixar registrado a participação da técnica Rosalice nesse processo. Ela foi muito assertiva nas ponderações e nos encaminhamentos técnicos de leitura das implicações técnicas de uma suspensão como essa. Eu acho que a gente tem uma Secretaria Executiva extremamente competente, para dar esse respaldo para o conselho. Eu estendo isso a todos os técnicos desta secretaria.

PRESIDENTE: Ok, Conselheiro. Eu sou, também a prova viva também, né?

CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA: Ah sim... Exato, presidente... (trecho incompreensível) nessa discussão.

PRESIDENTE: Eu estava... (Trecho incompreensível) isso, tem uma comissão muito... Todas são muito valorosos, mas como eu tive o prazer de poder participar da comissão (trecho incompreensível) esse meu cumprimento para todos os Conselheiros, e a Secretária. Tem um entendimento muito bom na condução de todos os trabalhos. Bom, com relação a este ponto, existe alguma deliberação ou encaminhamento para ser feito em plenária?

CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA: Não, não, Presidente. Não há encaminhamento.

PRESIDENTE: É só comunicação?

CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA: Foi um retorno ao conselho (trecho incompreensível), da efetividade do trabalho do controle social.

PRESIDENTE: Perfeito. Estando os demais Conselheiros satisfeitos, poderemos passar para o ponto 2? Ok.

CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA: Bom, o ponto dois da Comissão de Normas é importante que fala sobre questão de capacitação por meio de vídeos, sobre o Regimento Interno e código de ética. A comissão, ela sugere a realização de pequenos vídeos com temas do código de ética e do Regimento Interno do CEAS como início de uma experiência de formação continuada para os Conselheiros estaduais a ser divulgado por WhatsApp, YouTube e encaminhamento dos links de acesso aos vídeos por e-mail também. Com o objetivo de levar mais informação de respaldo jurídico apresentando os ritos do CEAS aos Conselheiros, a perspectiva de participação mais embasada dos Conselheiros. O primeiro tema seria o código de ética e seria dividido em quatro módulos e sendo disponibilizados semanalmente em vídeos de curta duração onde seriam abordados temas como: a importância do cargo de Conselheiro e o que ele representa; a responsabilidade dos Conselheiros; guardião da ética; condutas vedadas e punições; perguntas e respostas que surgirem ao longo da aprovação por meio de WhatsApp, YouTube ou e-mail.

O segundo tema seria o Regimento Interno, dividido também em quatro módulos sendo disponibilizados semanalmente em vídeos de curta duração onde seriam abordados temas como: competências e atribuições do CEAS; estrutura e funções do CEAS; caráter institucional do CEAS; estabilidade do Regimento Interno. A comissão já tinha isso como planejamento que seria a capacitação para os Conselheiros e, como a gente tem uma perspectiva, ainda não está muito clara a perspectiva de retorno as plenárias presenciais, a comissão, ela traz esse encaminhamento para que a gente pudesse buscar algumas ferramentas para que a gente possa estar trabalhando nessa perspectiva da capacitação, haja vista que a gente já passaram-se alguns meses da posse dos Conselheiros e essa capacitação, ela, infelizmente, ela não pode ter sido realizada em função da pandemia, do nosso processo de isolamento e distanciamento. Então esse é o encaminhamento da comissão para que a gente pudesse aqui trabalhar na realização desse tipo de material que possa ser utilizado para capacitação de Conselheiros. Este é o ponto. PRESIDENTE: Obrigado, Conselheiro. Obrigada pela apresentação, são temas extremamente relevantes e oportunos e, enfim, necessários. Até mesmo para cada vez a gente poder qualificar mais os nossos Conselheiros. Enfim, para que a gente possa cada vez construir mais a participação e poder construir mais as pautas que são sempre de importantíssima relevância. CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA: Sim. PRESIDENTE: A Conselheira... Eu não sei se mais algum Conselheiro gostaria de contribuir. Tem alguma inscrição da Conselheira Gabriela, Gabriele. GABRIELE SILVA, SEDESE: Posso falar? É bem rapidinho. É Gabriele SEDESE. Primeiro, só corrigir uma gafe que eu cometi na última plenária que eu vou participar da Comissão de Normas, ao invés da comissão de Apoio. Então a Comissão de Normas foi... Perdeu aí um... O titular, o Jaime, aí eu vou compor. É a que está com menos número de participantes. E aí, só colocar, Márcio, essa proposta é fantástica assim, a questão do regimento, ela é muito importante, inclusive, para quem já acompanha o conselho há muito tempo, mas está chegando agora na função de Conselheiro. Então o regimento, ainda ele deixa muitas questões dúbias, então a gente alinhar esse entendimento, alinhar as questões de ética, alinhar o papel do Conselheiro, eu acho de extrema relevância. Eu gostei muito da proposta. Colocar a Diretoria de Educação Permanente da SEDESE à disposição porque a gente tem algumas ferramentas que a gente tem usado, nesse período de teletrabalho, então esses aplicativos de vídeo chamada, a nossa própria plataforma de educação à distância, entre outras. Então acho que só dizer que a gente está à disposição para contribuir nesse conteúdo e na forma, na metodologia de oferta desses cursos. CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA: Ótimo, obrigado. PRESIDENTE: Obrigado, Conselheira Gabriele. Conselheiro Lucas? Pediu inscrição? CONSELHEIRO LUCAS SILVA: Eu só queria só contribuir na fala de Márcio, é que a nossa ideia também é de que seja uma plataforma de permanência a formação para os Conselheiros. Então, por isso que a gente sugere também que esses vídeos vão para plataforma de YouTube para que eles fiquem lá para quando surgir qualquer dúvida, por parte dos Conselheiros, eles tenham um aporte, nós tenhamos um aporte, no sentido de ir lá e verificar, ter uma compreensão melhor. Com relação a nossa súmula, na pauta do Regimento Interno, na verdade são cinco vídeos. O 5º vídeo diz respeito as dúvidas, então a gente pensou nos módulos de formação e sempre o final a gente fazer perguntas e respostas que forem surgindo ao longo dessas formativas. E uma sugestão que eu dei na última reunião que a gente teve, salvo engano, eu não sei se eu dei na última reunião ou se eu só falei com Rosa que a nossa técnica, foi de além da gente fazer

esses vídeos, tentar fazer uma cartilha também de um acompanhamento, de uma explicação também física para que também a gente tenha esse apoio além do Regimento Interno. Até mesmo interpretação de como é o entendimento do conselho sobre determinados pontos do próprio regimento, do código de ética. Eu acho que também é algo interessante para fomentar essa formação mais coesa e mais precisa de nós, Conselheiros. PRESIDENTE: Ok, Conselheiro Lucas. Obrigada, pela participação. O Conselheiro Hermellis, por gentileza. CONSELHEIRO HERMELLIS CAMPOS: Eu gostei também muito dessa proposta aí da capacitação, principalmente esses dois documentos que acho que, assim, embasam muito a vida do Conselheiro como seu exercício mesmo como Conselheiro. E aí eu queria apenas talvez sugerir, nessa parte do Regimento Interno, não sei se caberia nesses módulos que vocês colocaram, estão planejando, de quando for falar desses pontos já apontar as inconsistências ou os pontos que tem a melhorar para a gente já ir refletindo: “nesse art. aqui pode ser melhorado.”, porque como já foi expressado aqui em outras... em outros momentos, o regime interno tem uma proposta de ser atualizado, de estar aprimorando as inconsistências que nele contém. Então eu não sei se nesse momento, por essa estrutura já seria importante se quando for falar de algum artigo, alguma coisa, já apontar pelas pessoas que forem falar daquele tema esses pontos que futuramente já vai estar sendo reavaliado para nós também, Conselheiros que não está diretamente na Comissão de Normas já ir refletindo sobre o que a gente pode ir melhorando e tendo ideia para melhorar mesmo essa proposta do nosso regimento. Um segundo ponto é a respeito, também não sei se cabe à Comissão de Normas, mas aproveitando a técnica da Secretaria Executiva que está aí como a Rosa, para perguntar como que está sendo os processos de barragem, porque também, até pela minha trajetória aí no CEAS, sempre no início da gestão dos Conselheiros se tinha também uma capacitação de como se dá esse processo de barragem e nos apropriando mais desse assunto que também é compromisso e função do Conselheiro estadual, da gente como um Conselho Estadual. Então não sei se cabe a essa, esse momento, mas também perguntar. Talvez aí a Rosa possa esclarecer como que está, se foi paralisado todos os processos, se está chegando ainda pedido, se tem alguma coisa, porque também é feito logo no início aquele sorteio, dos Conselheiros para pegar os casos, os protocolos das barragens. Então só me informar aí também e se vai ter essa capacitação, se... Como que está esse processo das barragens também. PRESIDENTE: Ok, Conselheiro Hermellis. Obrigada, pela contribuição. O Conselheiro Lucas pediu inscrição, por gentileza. CONSELHEIRO LUCAS SILVA: É só para poder comentar a fala de Hermellis com relação ao Regimento Interno, os pontos falhos. Na verdade, o nosso intuito é de trazer uma formação do regimento, do que já está colocado. Até mesmo para que essa interpretação de pontos falhos ou não falhos ela seja, a gente se debruce dentro das comissões para que a gente tenha um caráter mais técnico de discussão e aprimoramento desses pontos. Na verdade, o que a gente quer trazer com essa formação? Uma interpretação daquilo que já está colocado, né? Que tipo de trabalho a gente pode fazer dentro daquilo que já está vigente dentro do conselho. Acredito que essa parte dos pontos, que são falhos e que precisam de aprimoramentos, elas têm que pairar dentro de um debruçar mais profundo dentro das comissões. PRESIDENTE: Ok, Conselheiro Lucas. Eu não tenho mais inscrições, tá? CONSELHEIRA CYNTHIA GOMES: Licença, presidente. A Rosa disse que está sem áudio e pediu para ler o chat dela. PRESIDENTE: Quem, por gentileza? CONSELHEIRA CYNTHIA GOMES: Rosa. PRESIDENTE: Rosa. Rosa: “Hermellis, a capacitação de barragem estava

preparada para reunião presencial preparada no mês de março para também fazermos sorteio.” E foi que... está escrito no áudio. Não sei se algum Conselheiro a mais da comissão gostaria de se manifestar. Ele não tem ponto para deliberar, seria ponto para encaminhar ou tem algum ponto para poder ser deliberado, Conselheiro? CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA: Seria bom, Presidente, para que a comissão possa dar seguimento nesse trabalho. Seria se o conselho está de acordo para que a gente possa estar desenvolvendo essa estrutura de formação. PRESIDENTE: Ok. CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA: A gente trouxe aqui para encaminhamento e deliberação. PRESIDENTE: Ok. Obrigado, Conselheiro. Temos uma inscrição do Daniel. Por gentileza, Conselheiro? CONSELHEIRO DANIEL CRUZ: Então, o que é que acontece? Quando teve a última plenária, a plenária não extraordinária, eu até solicitei a participação junto à Comissão de Normas (áudio ruim) foi possibilitada para a gente para gente debruçar (trecho incompreensível) do Regimento Interno (trecho incompreensível) um ponto que não estou me recordando bem, estou puxando da minha memória, mas está (áudio ruim) a todos. Gostaria de saber da Comissão de Normas se já fez as (áudio ruim) já foi feito o encaminhamento (trecho incompreensível) participar da próxima reunião com vocês (áudio ruim) para que a gente possa (áudio ruim) porque o Jaime não pôde estar presente. PRESIDENTE: Ok, Conselheiro. Eu não sei se alguém da comissão gostaria de se manifestar. CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA: Presidente. Daniel, nós não tivemos reunião da comissão para tratar ainda do ponto do Regimento Interno, porque realmente naquela que você estaria participando, não houve quórum só tinha sociedade civil, a gente não conseguia discutir as matérias, tá. É ainda pauta da comissão a gente elaborar todos esse caminho, porque a gente tem vários, vários pontos de pautas. Inclusive para a próxima reunião da comissão já existe uma pauta que está inclusa, mas eu não estou com ela aqui disponível neste momento. Mas a participação de qualquer Conselheiro, ela é sempre aberta. Não tenha dúvida disso. Eu acho que não vejo nenhuma impossibilidade da sua participação, tá? Fato é que a gente tem que ter o tema da Comissão de Normas que seria do Regimento Interno, para que a gente possa estar te informando se a gente vai conseguir operacionalizar ele agora. Agora com a reconstituição dos membros da Comissão de Normas, acredito que a gente está conseguindo manter a nossa dinâmica de reuniões, que é a próxima segunda-feira na parte da tarde que a gente sempre está com essa agenda. PRESIDENTE: Ok. Obrigado, Conselheiro. Conselheiro, pela explicação e estando todos satisfeitos, em acordo, nós podemos então passar para regime de votação? Quando aparecer a tela então a gente começa em regime de votação. (Trecho incompreensível). Pronto, a tela já está então. O ponto dois né? É o 2 não é, Conselheiro? Acho que é o 2, isso. Capacitação de vídeo sobre o Regimento Interno e código de ética pela Comissão de Normas. Em regime então de votação, como vota o primeiro titular da SEDESE? CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE: Aprova. PRESIDENTE: Segundo titular da SEDESE, Jaime Starke, aprova. O representante da Seplag? Ausente. O representante da SEAPA? CONSELHEIRA CYNTHIA GOMES: Pela aprovação. PRESIDENTE: Representante do CEAS? Ausente. Representante da Secretaria de Educação? CONSELHEIRA SILVIA SOUZA: Aprovo. PRESIDENTE: Representantes da Secretaria da Fazenda? CONSELHEIRO GERALDO SILVA: Aprovo. PRESIDENTE: Suplente... Aprova. Representando o COGEMAS? Conselheira Ana Amélia Medeiros? CONSELHEIRA ANA AMÉLIA MEDEIROS: Eu vou me desculpar, eu estava... Eu tive que me retirar por um minuto, então eu vou me vestir. PRESIDENTE:

Quem está falando? Conselheira Ana Amélia? Conselheira Ana Amélia, a senhora me desculpe é que eu não consegui... CONSELHEIRA ANA AMÉLIA MEDEIROS: Sim, sim. PRESIDENTE: Me desculpa, é que eu não (trecho incompreensível) obrigada. CONSELHEIRA ANA AMÉLIA MEDEIROS: Ok, eu precisei, sair e vou me abster, porque eu realmente perdi o tema. PRESIDENTE: Então representando o Conselho de Municipal de Novo Oriente de Minas. CONSOLAÇÃO: A Haiandra teve que se retirar. PRESIDENTE: Ok. CONSOLAÇÃO: O suplente é o Domingos Sávio. PRESIDENTE: O suplente... Isso. Por gentileza, o suplente Domingos Sávio. CONSELHEIRO DOMINGOS SÁVIO: Pela aprovação. PRESIDENTE: Ok. Obrigado, Conselheiro. Pelo Conselho Municipal Distrital de Montes Claros, Conselheira Sandra? CONSELHEIRA SANDRA AZEVEDO: Pela aprovação. PRESIDENTE: Pela Federação (áudio ruim). Pela Federação das... Pela Federação das... CONSELHEIRA ISAURA LOPES: Aprovo. PRESIDENTE: Obrigado, Conselheira. Pela Federação das APAE's de Minas, ausente, né? E a suplente? CONSOLAÇÃO: Também ausente. PRESIDENTE: Também ausente. Pela Federação de Associação Sem Fins Lucrativos, Conselheira Ariadna? Ausente. Conselheiro Élerson? Ausente e justificado, né? CONSOLAÇÃO: Isso. PRESIDENTE: Pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Belo, Conselheiro Hermellis? Campos? CONSELHEIRO HERMELLIS CAMPOS: Pela aprovação, presidente. PRESIDENTE: Pelo Conselho Municipal de Curvelo, Conselheiro Lucas Silva? CONSELHEIRO LUCAS SILVA: Pela aprovação. PRESIDENTE: Pela União das Associações de Pirapora, João Alves Crisóstomo? CONSOLAÇÃO: Ele está ausente. PRESIDENTE: Conselheiro Márcio? CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA: Pela aprovação. PRESIDENTE: Márcio caldeira? Obrigado, Conselheiro. Pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Juiz de Fora, Conselheiro Hugo Bento? Antônio Hugo Bento. CONSOLAÇÃO: Ausente. PRESIDENTE: Ausente e não há suplência, né? CONSOLAÇÃO: Isso. PRESIDENTE: Pelo Fórum Estadual dos Usuários do SUAS, Conselheira Anédia Farias? CONSELHEIRA ANÉDIA FARIAS: Aprovo. PRESIDENTE: Pelo Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS de Salinas, Conselheira Gabriela Loiola. CONSELHEIRA GABRIELA LOIOLA: Eu estou com um pouco de dificuldade de ouvir, então eu não me sinto confortável para votar. Eu vou me abster. PRESIDENTE: Ok, Conselheira. Pelo Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, Conselheira Patrícia? CONSELHEIRA PATRÍCIA GOMES: Pela aprovação da capacitação. PRESIDENTE: Ok. Com 11 votos favoráveis, né? Você pode, porque eu não consigo ver o final aqui. Com 11 votos... CONSELHEIRA GABRIELE DA SILVA: É 10. PRESIDENTE: Não, estão 10 dos titulares e mais dois dos... CONSELHEIRA GABRIELE DA SILVA: E mais 3 suplentes. PRESIDENTE: Mais três suplentes né? Com 13 votos favoráveis e duas abstenções, então fica aprovado o ponto 2 sobre as capacitações sobre o Regimento Interno e o código de ética proposto pela Comissão de Normas. Conselheiro? Pode passar para o ponto 3? CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA: O ponto 3 seria o último ponto da nossa comissão da planária de hoje. Seria... o tema seria sobre a transcrição das atas plenárias e extraordinárias do CEAS. A Comissão de Normas percebeu que está havendo uma violação do Regimento Interno do CEAS, dos artigos 8º, inciso III, seria à apreciação e votação da ata da reunião anterior. O conselho não está aprovando as atas das reuniões anteriores na atual e sim as atas do mandato passado, assim sugere que o CEAS transcreva as atas do mandato atual para aprovação, pois a votação é legítima para apenas os Conselheiros do presente mandato. E paralelo a isso, fazer as transcrições das antigas para posterior aprovação em plenária

específica. A Comissão de Normas, ela se debruçou em cima deste ponto e ela gostaria de estar apresentando aqui a plenária uma nota técnica que fala sobre essa questão. Aí, Presidente, eu gostaria de estar fazendo a leitura dessa nota técnica aqui para a gente deixar registrado. PRESIDENTE: Pois não, Conselheiro. À vontade. CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA: A nota técnica 1º de junho de 2020. Ementa: Atas de reuniões plenárias do Conselho Estadual de Assistência Social que não foram submetidas a apreciação da plenária. (Trecho incompreensível)] o Regimento Interno do Conselho Estadual de Assistência Social... CONSELHEIRO LUCAS DA SILVA: Márcio? Aguarda a projeção dá... CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA: Ah, sim. Me desculpa. CONSELHEIRO LUCAS DA SILVA: Para gente, que aí fica mais fácil da gente acompanhar. CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA: Perfeito. Eu estou lendo aqui de outro instrumento. PRESIDENTE: Obrigada. Obrigado, Conselheiro. CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA: Estou sendo acelerado demais. PRESIDENTE: Não, é que nós também vamos só aguardar aqui então. CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA: Ok. PRESIDENTE: A Rosa está agora... está inserindo. Acho que... Isso, agora sim. CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA: perfeito. PRESIDENTE: Por favor, por gentileza. CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA: A nota técnica de 1º de junho de 2020. Ementa: Atas de reuniões plenárias do Conselho Estadual de Assistência Social que não submetidas a apreciação da plenária. Da referência: o Regimento Interno do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais aprovado pela resolução CEAS nº 358 de 10 de maio de 2011 e alterado pela Resolução nº 548 de 2016 pelo CEAS/MG. Avaliação: O Regimento Interno é espinha dorsal de sustentação institucional do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais. É nele que se encontra toda a estrutura institucional, bem como os mecanismos organizacionais e procedimentais de autogestão. Suas normativas devem ser sempre observadas para que se alcance a efetiva proteção de garantia da implementação da Política Estadual de Assistência Social em Minas Gerais. A Comissão Temática de Normas da assistência social, nas suas competências regimentais e na comissão de guardião das normativas estabelecidas pelo CEAS/MG, em reunião no dia 26 de maio de 2020 pautou em suas discussões a situação das atas de reuniões plenárias que ainda não se submeteram à apreciação da plenária a fim de resguardar a institucionalidade do conselho, bem como o cumprimento do Regimento Interno. Em uma contextualização rápida, o conselho possui um déficit de 16 atas a serem gravadas e duas já prontas de 2018 para deliberação da plenária, 236ª e a 237ª Plenárias Ordinárias do CEAS, conforme abaixo. Do ano de 2018, temos as atas de 236ª a 240ª sendo que a 236ª e a 237ª enviadas os Conselheiros para avaliação por correspondência eletrônica no dia 29 de abril para deliberação em plenária. No ano de 2019 são 11 atas. Ano de 2020, 2 atas. Esses atrasos se deram por causa do término do contrato com a empresa que degravava as atas até 2018. Entretanto, a Secretaria Executiva do CEAS, por meio de seu apoio administrativo para amenizar as pendências, realizou algumas degravações, mas por falta de recursos apropriados para esse serviço e mesmo pela falta de expertise dessa atividade, demandou mais tempo que a empresa levaria. O processo de contratação da empresa foi concluído no ano de 2020, porém, em virtude da pandemia, ainda não iniciaram as degravações. Em uma análise técnica da situação, sob a ótica regimental, tem-se uma grave violação do Regimento Interno por em dois momentos, quais sejam: a violação do art. 8º que estabelece a ordem em que se darão os trabalhos das reuniões plenárias, mais precisamente ao que se preconiza o inciso III que estabelece que uma vez instalada a reunião plenária após a verificação do

quórum e a qualificação e habilitação dos Conselheiros, a plenária deve ser submetida para: III) Apreciação e votação da ata da reunião anterior. II) A violação do art.12, precisamente § 1º que evidencia que “§ 1º, a ata será encaminhada para os Conselheiros antes da próxima reunião, quando será apreciada e aprovada”. Ocorre que o fluxo de apreciação das atas adotado e reafirmando o e-mail encaminhado para os Conselheiros em evidente dissonância a normativa. Sobre uma perspectiva legal, da legitimidade para apreciar as atas que ainda não se submeteram a plenária, deve se estabelecer na atual composição do conselho, ou seja, seus atuais Conselheiros. Conclusão: A orientação para a resolução do imbróglio e o restabelecimento do Regimento Interno aponta como melhor caminho jurídico pela Comissão Temática de Normas da Assistência Social é a seguinte: primeiro, aos Conselheiros para que se sintam à vontade ao votarem as atas, podem solicitar a Secretaria Executiva cópia em áudio das relacionadas reuniões e fazerem o comparativo com a ata degravada. II), A Secretaria Executiva providencia que as recentes atas sejam degravadas de forma a cumprir os artigos 8º, inciso III e artigo 12, § 1º e em paralelo a degravação das atas em déficit para a apreciação em bloco, em plenária extraordinária específica. III) A Mesa Diretora: seja convocada reunião extraordinária para apreciação específica das atas, em bloco, que ainda não se submeteram à apreciação. Belo Horizonte, 1º de junho de 2020. Esta é o parecer que a Comissão de Normas traz a essa plenária.

PRESIDENTE: Obrigado, Conselheiro. Alguém mais da Comissão de Normas gostaria de... Gostaria de complementar? Estando assim, eu passo então para inscrição que há uma inscrição da Secretária Executiva. Consolação, por gentileza, Consolação? CONSOLAÇÃO: Só para prestar esclarecimentos. Já iniciou sim a degravação, o contrato início de maio. Inclusive, eu tive lá no conselho, na sede, para entrega de material a empresa no início, foi no dia 5 de maio. Então já iniciamos com a empresa de degravação. Ainda... Ela já retornou duas dessas atas. Uma delas, inclusive, a relativa ao mês de fevereiro. Ela está em correção, porque elas passam para a gente dar uma lida para encaminhar aos Conselheiros. Ela entregou essa semana, a de fevereiro. Já repassei, então fluxo já está ocorrendo. Eu já coloquei essa da 252ª já entreguei para empresa, a gente criou um fluxo agora virtual para que haja mais rápido, né? Essas entregas e as degravações. Então, ela também já devolveu uma relativa ao ano passado, 2019. Então é só para poder corrigir um pouco as informações que constam aí nesse, no termo. Tá? Atualizando. Obrigada.

PRESIDENTE: Obrigado, Secretária, pelo esclarecimento. Algum Conselheiro da comissão gostaria de se manifestar ou outro Conselheiro? CONSELHEIRO LUCAS SILVA: Presidente? Lucas. PRESIDENTE: Oi, Conselheiro? CONSELHEIRO LUCAS SILVA: Eu gostaria só de reforçar o encaminhamento dado pela comissão da necessidade da apreciação da ata anterior nas reuniões que a gente realiza ao longo desse mandato. E a degravação dessas outras atas, para serem submetidas em reunião extraordinária para que a gente volte tão somente elas para que a gente resolve esse imbróglio e consiga seguir com a normalidade do conselho para que, futuramente, a gente não tenha outros problemas dessa alçada. É só essa consideração mesmo.

PRESIDENTE: Ok, Conselheiro Lucas. Conselheiros da comissão... A pauta para deliberação ou encaminhamentos? CONSELHEIRO LUCAS SILVA: Deliberação, Presidente. CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA: Exato, presidente. Porque a gente está apresentando o rito para que a gente possa estar dando sequência para aprovação das atas. CONSELHEIRO LUCAS SILVA: A gente... A gente apresenta um fluxo, para ser adotado, então a gente submete à apreciação. PRESIDENTE: Ok. Conselheiros, estão satisfeitos

para que a gente possa levar em regime de votação? Então em regime de votação a matéria a ser deliberada pela Comissão de Normas, vai ser inserido aqui a janela... A tela. Por gentileza, Conselheira Gabriela... Gabriele. CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA: Presidente, só uma questão de ordem. PRESIDENTE: Pois não. CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA: Só para clarear aqui por que foi feita a solicitação pelo chat aqui da Consolação, que nós vamos atualizar as informações da nota técnica apresentada de acordo com as orientações que a Secretaria Executiva apresentou aqui na plenária. PRESIDENTE: Perfeito. Perfeito, Conselheiro. Então agora em regime de votação. Então a matéria a ser deliberada é as atas da reunião, início na nota técnica com as atualizações de dados, conforme solicitadas pela Secretária Executiva. Então em votação. Como vota o primeiro representante da SEDESE? CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE: Pela aprovação. PRESIDENTE: Segundo representante da SEDESE, Jaime Starke, aprovação. Como vota o representante da Seplag? Titular e suplente ausentes. Como vota a representação da SEAPA? Conselheira Cynthia? CONSELHEIRA CYNTHIA GOMES: Pela aprovação. PRESIDENTE: Como vota o representante da Secretaria de Saúde, Tomás Pereira? Ausente. Ausente o Tomás e ausente a suplente. Como vota a Secretaria de Educação, Conselheira Silvia? CONSELHEIRA SILVIA SOUZA: Pela aprovação. Desculpa, pela aprovação. PRESIDENTE: Obrigada, Conselheira. Como vota a Secretaria da Fazenda, com o Conselheiro Geraldo como suplente? CONSELHEIRO GERALDO SILVA: Aprovação. PRESIDENTE: Obrigado Conselheiro. Como vota o COGEMAS, Conselheira Ana Amélia Medeiros? CONSELHEIRA ANA AMÉLIA MEDEIROS: A gente vota pela aprovação, tendo aí (áudio ruim). PRESIDENTE: Oi? Cortou o áudio Conselheira. Pela... CONSELHEIRA ANA AMÉLIA MEDEIROS: Desculpa. Desculpa, ok? Pela aprovação, e observado que a gente terá (áudio ruim). PRESIDENTE: Cortou novamente... PRESIDENTE: Cortou novamente. CONSELHEIRA ANA AMÉLIA MEDEIROS: Cortou novamente e só informando que meu (áudio ruim). PRESIDENTE: Voltou a cortar... CONSELHEIRA ANA AMÉLIA MEDEIROS: (áudio ruim). PRESIDENTE: Conselheira, estamos tendo um probleminha com o seu áudio. CONSELHEIRA ANA AMÉLIA MEDEIROS: Alguém está cortando porque eu não estou, eu estou com a mão livre. PRESIDENTE: Eu não estou... Eu não sei se é o microfone, se tem alguma..., mas... CONSELHEIRA ANA AMÉLIA MEDEIROS: Bom, vamos lá. Meu suplente, o Aloísio, também está presente na plenária então ele... Só para anunciar isso. Ok? PRESIDENTE: Ok. está bem. Obrigado, Conselheira. Pelo Conselho Municipal... Pelo Conselho Municipal de Novo Oriente de Minas, Conselheira Haiandra Oliveira? Ausente. No teu lugar, o Conselheiro Domingos Sávio de Araújo? CONSELHEIRO DOMINGOS ARAÚJO: Pela aprovação. PRESIDENTE: Pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Montes Claros, Conselheira Sandra Azevedo? CONSELHEIRA SANDRA AZEVEDO: Pela aprovação. PRESIDENTE: Pela a Federação Nacional de (áudio ruim) Conselheira (áudio ruim) da Federação das (áudio ruim). CONSELHEIRA ISAURA LOPES: Pela aprovação. PRESIDENTE: Obrigado, Conselheira. Pela Federação das APAE's de Minas Gerais, Natália Diniz. Ela está ausente, né? E o Conselheiro suplente também estão ausentes, né? Pela Federação de Associações Sem Fins Lucrativos, Conselheira Ariadna Silva. CONSOLAÇÃO: Também está ausente. PRESIDENTE: E o Conselheiro suplente, Élerson? CONSOLAÇÃO: Também ausente e justificada. PRESIDENTE: Pelo Conselho de Assistência Social de Campo Belo, Conselheiro Hermellis Campos? CONSELHEIRO HERMELLIS CAMPOS: Pela aprovação. PRESIDENTE: Obrigado, Conselheiro. Pelo

Conselho Central de Curvelo, Conselheiro Lucas Silva? CONSELHEIRO LUCAS SILVA: Pela aprovação. PRESIDENTE: Pela União das Associações de Pirapora, Conselheiro João Alves Crisóstomo? CONSOLAÇÃO: Ele está ausente. PRESIDENTE: Conselheiro Márcio Caldeira? CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA: Pela aprovação. PRESIDENTE: Pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Juiz de Fora, Conselheiro Antônio Hugo Bento? CONSOLAÇÃO: Ele está ausente. PRESIDENTE: Ausente. E não temos a suplência né? Pelo Fórum Estadual dos Usuários do SUAS, Conselheira Anédia Farias? CONSELHEIRA ANÉDIA FARIAS: Concordo. PRESIDENTE: Obrigada, Conselheira. E o Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS Salinas, Gabriela Loiola? CONSELHEIRA GABRIELA LOIOLA: Pela aprovação. PRESIDENTE: Pelo Conselho Regional de Serviço Social de Minas, Conselheira Patrícia Gomes? CONSELHEIRA PATRÍCIA GOMES: Pela aprovação. PRESIDENTE: Ok, então estando aprovados. Por gentileza, é 14 votos? É que eu não consigo ver sempre lá no cantinho ali, quando vota o suplente. São 12. CONSELHEIRA GABRIELE DA SILVA: 15. 12 mais 3. PRESIDENTE: Então 15 votos. Então fica aprovado a nota técnica discutida pela Comissão de Normas. Seria esse o encaminhamento? A próxima comissão? Agora eu até já me perdi se passamos todas as comissões. CONSOLAÇÃO: Encerramos as comissões, Presidente. E agora é o outro ponto de pauta. PRESIDENTE: Eu gostaria só... Esse ponto de pauta, quem foi que fez a solicitação? CONSELHEIRO HERMELLIS CAMPOS: Presidente, pela ordem. PRESIDENTE: Pois não? CONSELHEIRO HERMELLIS CAMPOS: Só fazer uma sugestão se... levar aos demais Conselheiros da gente fazer uma pequena pausa antes de entrar nessa última... PRESIDENTE: Concordo, a gente até... Nós deliberamos lá na frente, Conselheiro Hermellis, e a gente acabou... Então tá... Vamos então conceder... São 10:32. (Áudio ruim). CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE: Cortou, parece, Jaime. CONSELHEIRO DANIEL DA CRUZ: O Jaime, seu áudio está cortado, eu não ouvi a parte que você falou. Se você falou coisa. Planeta terra para Jaime Starke. Parece que o Presidente, conexão dele caiu. Não estou vendo-o aqui. CONSELHEIRA PATRÍCIA GOMES: Como o presidente, parece que a conexão dele está com algum problema, então vamos fazer uma pausa. Eu acredito que ele iria sugerir uma pausa de 5 minutos. Então agora são 10:35, nós retornaremos 10:40. Correto? CONSELHEIRO LUCAS SILVA: Perfeito, vice-presidente. Ok. CONSELHEIRA PATRÍCIA GOMES: Ok. PRESIDENTE: Desculpa, Conselheiros, eu acho que deu... Os Conselheiros conseguem me ouvir agora? CONSELHEIRO DANIEL DA CRUZ: Estamos em pausa de 5 minutos, senhor Presidente. PRESIDENTE: Ah, está bem. Não, é porque caiu aqui. Então tá, em pausa. Desculpa então. Até daqui a 5 minutos. Obrigada. CONSELHEIRA ANÉDIA FARIAS: Está parado ou eu que estou sem vídeo, sem áudio? ANA PAULA VILELA, SEDESE: Estamos em pausa até 10:40, Anédia. CONSELHEIRA ANÉDIA FARIAS: Obrigada, Conceição. PRESIDENTE: Retornando então, Conselheiros? 10:40. Podemos então retornar para o último ponto que foi feito a inclusão, segundo a secretária, executiva, na plenária ainda anterior, quer dizer, na plenária da 252ª e... Eu só não anotei aqui quem foi que pediu a pauta, mas aí a Secretária passou que seria o Conselheiro Lucas. Olá? Olá? CONSELHEIRO LUCAS SILVA: Oi Jaime? PRESIDENTE: Oi? CONSELHEIRO LUCAS SILVA: Eu nem lembro mais que pauta que é. CONSOLAÇÃO: Eu estou tentando projetar aqui. É só porque o meu computador, realmente, ele deu um problema. CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE: Pela cara do Lucas de surpresa, na hora que falou o nome dele... CONSELHEIRO LUCAS SILVA: Eu falei: "Meu Deus do céu. Sei lá que pauta

que é”. PRESIDENTE: Não sabia se alguém estava me ouvindo, então falei: “Não, mas será...” mas enfim. CONSELHEIRO LUCAS SILVA: Eu nem lembro mais a pauta. CONSELHEIRO DANIEL DA CRUZ: O Lucas, se você quiser, você passa para mim o ponto de pauta que eu acho que eu tenho uma informação, uma dúvida que eu queria tirar com todos vocês (áudio ruim) [02:40:53] voltar aquele assunto da internet de algo que aconteceu e que me deixou um pouco preocupado. CONSOLAÇÃO: Eu vou projetar aí, tá? A pauta. CONSELHEIRO LUCAS SILVA: Tá joia. CONSOLAÇÃO: Que está no celular que vai ser... Eu vou ter que sair... CONSELHEIRO LUCAS SILVA: Ah tá, discussão sobre as pautas emergenciais ou gerais. Olha, eu acho que essa discussão a gente já a contemplou na discussão da Comissão de Orçamento. PRESIDENTE: Uhum. CONSELHEIRO LUCAS SILVA: Os Conselheiros que concordarem comigo nesse ponto, a gente se debruçou bastante sobre essa discussão na fala da Conselheira Natália, quando ela trouxe esse ponto também dentro da Comissão de Orçamento. E eu lembro que eu trouxe o entendimento que o que seria urgente seria mesmo aquelas pautas que demandassem prazo, para que a gente discutisse. Mas eu acho que seria também oportuno a gente deliberar sobre... realmente, o que a gente considera como urgente e para que a gente também consiga reduzir a pauta de discussão e que a gente consiga tentar encaixar as reuniões plenárias dentro do prazo de pauta que é estabelecido haja vista a necessidade, de ocorrência, de apresentar uma reunião extraordinária. Eu acho que seria nesse ponto, mas fica aí a cargo de vocês. Patrícia fala aqui que também foi um ponto trazido pelo Hugo, mas que não está presente. Mas eu acho que a gente consegue deliberar sobre. PRESIDENTE: Ok, Conselheiro. Quem pediu a inscrição foi a Conselheira Luanda. Por gentileza, Conselheira. CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA: Bom dia gente, novamente. Então era isso que eu ia lembrar mesmo, porque foi o Hugo mesmo que trouxe esse ponto na semana passada. Mas de qualquer forma eu acho que é um ponto caro para nós, já que nós estamos discutindo aqui a metodologia de como nós vamos atuar durante esse período da pandemia. E aí eu trago uma proposta também, eu acho para a gente poder sistematizar um pouco melhor como vão se dar os nossos trabalhos aqui. Então a minha proposta é que a gente faça plenárias em caráter... Para discutir, as pautas que são emergentes e urgentes das comissões. Então aquelas como da Comissão de Orçamento, por exemplo, que tem prazo, que esteja em jogo aí a gente perder recursos ou, da mesma forma nas outras comissões que esteja em jogo aí as questões mais emergenciais. E que a gente consiga... Só um minutinho, gente. Estão batendo aqui na minha casa. Que a gente consiga também dar continuidade ao trabalho do Comitê de Crise, tendo em vista que a gente ainda está no meio da pandemia, tendo em vista que a gente ainda está com uma crise sanitária que está só crescendo no nosso Estado. Eu estava agora, pela manhã, acompanhando as principais notícias aí. Então a gente vai ter um momento desafiador pela frente. Então, talvez que a gente tenha essa reunião da Comissão de Crise que seja quinzenalmente mesmo. O Comitê de Crise então entendendo, a Mesa Diretora com a presença dos usuários. E que o Comitê de Crise estabeleça aí, a partir das pautas que forem vindas das comissões, a prioridade para gente ir, convocar plenárias. Que elas... que a gente não... Eu acredito que nesse momento vai ser difícil a gente seguir o calendário já preestabelecido. Então essa seria minha proposta, mais para a gente poder também conseguir organizar metodologicamente esse período que a gente está vivendo, entendendo todas essas dificuldades que a gente já pontuou de acesso à internet, de acesso, às vezes da região que o Conselheiro está para poder conseguir acessar aí uma

rede. Então entendendo tudo isso, tentando conciliar todas as participações, todas as demandas, eu apresento essa proposta. PRESIDENTE: Ok, Conselheira Luanda. A Conselheira Patrícia, também ela... (Trecho incompreensível) proposto pelo Conselheiro Hugo que (trecho incompreensível) iniciou a plenária eu coloquei. O Conselheiro Lucas, por gentileza, pediu a inscrição. CONSELHEIRO LUCAS SILVA: Eu gostaria só de pontuar nessa fala de Luanda com relação ao Comitê de Crise. Se a gente restabelecer o Comitê de Crise, eu acredito que a gente dê a ele o caráter tão somente de monitoramento, mais que as deliberações sejam pela plenária. Uma vez que o comitê, ele não tem respaldo regimental de sua existência. Não existe a figura do Comitê de Crise dentro do Regimento Interno. Então que seja de caráter mesmo de monitoramento, mais que as deliberações aconteçam por plenária que tem o respaldo regimental e até mesmo legal para as deliberações do conselho. PRESIDENTE: Ok, Conselheiro Lucas. Tem uma inscrição do Conselheiro Daniel. CONSELHEIRO DANIEL CRUZ: Então, um pouco deste (áudio ruim) do Lucas, do Conselheiro Lucas... Desculpa. Então, o *ad referendum*, ele próprio (áudio ruim) no Regimento Interno (áudio ruim) atribuição para o Comitê de Crise em caso emergencial. Então acho que é interessante sim que, pegando a fala da Conselheira Luanda, que o Comitê de Crise possa continuar os seus trabalhos, uma vez que se tornou (áudio ruim) e metodológico respondendo à pandemia (áudio ruim) o Comitê de Crise foi criado nesse intuito (áudio ruim) nesse aspecto e eu acho muito interessante a permanência. Pelo menos durante esse momento em que estamos vivenciando ainda. Porque mesmo com a plenária estando reativada novamente, graças a Deus, eu acho que é interessante também esse trabalho de manter frente a essa pandemia. PRESIDENTE: Ok, Conselheiro Daniel, obrigada pelas considerações. Conselheiro Hermellis, por gentileza. CONSELHEIRO HERMELLIS CAMPOS: Contribuindo um pouco também com essa temática, que a gente está conversando, trazer mesmo esse entendimento e essa reflexão para esse momento que a gente está passando. Acredito que quando reativamos as plenárias, essa é a segunda, nós estamos aqui é aprendendo e se renovando no processo que a gente está vivenciando. E anterior a isso, de acontecer essas duas plenárias, nós já estávamos reunindo através das comissões, a Mesa Diretora com as suas reuniões também, então é fazer mais esse momento de reflexão e avaliação mesmo. O que que nós estamos projetando para curto e médio prazo, visto que pelo, o nosso entendimento, as plenárias presenciais ainda vão demorar um pouco. E aí isso aqui, faço coro também a essa questão que a Luanda trouxe de a gente ir se aperfeiçoando. Se for mesmo continuando nessa questão da plenária, se é mesmo para seguir o calendário porque como foi tratado na plenária passada, deu, se não me engano, me corrijam aí se eu estiver errado... Quando se falou lá na questão da capacitação, que seria colocada da capacitação da Comissão de Orçamento o término da capacitação até a próxima plenária do mês agora, de junho. Então e aí podendo, até a Consolação trouxe que não dando tempo, poderia adiar um pouquinho para o final do mês ou início de julho. Então a gente se organizar mesmo, mas fazer esses exercícios de refletir. O que é que está dando certo até agora? São as reuniões das comissões? E aí eu comecei a falar, a Luanda, fazendo coro ao que a Luanda falou, trazer mesmo esse aprimoramento. Será que todo mundo está participando como deveria? Quais são os problemas que estão acontecendo de participação que a gente pode melhorar? O que é que a gente pode está fazendo? Criar um outro espaço ou uma metodologia diferenciada. Então eu acredito que esse momento é um momento com a construção mesmo, onde todos estamos aprendendo, todos

estamos fazendo... É querer fazer valer o que realmente a gente está proposto como Conselheiro a fazer, que é executar a nossa função como Conselheiro e encontrar as melhores maneiras possíveis dentro do que nos cabe, na nossa função. Então aí fica minha sugestão da gente sistematizar e avaliar isso mesmo, as reuniões das comissões, validar mesmo a questão da Mesa Diretora junto com esse comitê que foi criado como Lucas bem trouxe, dessa importância de estar nessa Mesa Diretora ampliada, com mais membros participando e fazendo e trazendo realmente, de forma regimental e legal, as deliberações apenas como uma plenária mesmo. Então nesse ponto aí que eu trago para a gente refletir e pensar um pouco. PRESIDENTE: Obrigado, Conselheiro Hermellis. Eu acho que o Conselheiro Hermellis, ele sintetizou todo esse momento que todos nós estamos vivendo, um momento de aprendizado. É nossa segunda plenária virtual, e erros acontecem. E eu sinto falta, com certeza, acho que todos sentem falta do contato pessoal. Que eu acho que vários problemas, eles teriam sido superados, mas a gente entende. Nós estamos em uma situação anormal. E eu acho muito interessante mesmo, porque essas avaliações quanto ao que... como que as comissões, como que é a garantia da participação de todos... Nós... Eu sei que nós temos esse problema dos dados, que nós temos que resolver com bastante urgência, e isso é uma questão que... Mais assim, de uma maneira geral, eu como... foi muito importante as palavras do Conselheiro Hermellis, que eu acho que eles soma, que o Lucas que já se manifestaram, a Luanda também, né? A Secretária Consolação pediu inscrição. CONSOLAÇÃO: É o seguinte, eu chamo atenção, aos Conselheiros, como Conselheiro Lucas iniciou a fala, da questão regimental. Uma vez iniciada as plenárias, a gente já, agora, vai ter uma (trecho incompreensível) igual quando era presencial, uma por mês. A reunião das comissões e a reunião da Mesa Diretora. Havendo a necessidade de algo extraordinário, cabe à Mesa Diretora a definição, inclusive de chamada de plenárias extraordinárias nesses casos. Então, analisando Regimento Interno, eu não vejo sentido da continuidade do comitê. Eu acho que a gente tem, inclusive, as comissões temáticas estão se reunindo mais do que elas se reuniam presencialmente. Então acredito que o conselho, ele foi restabelecido como o Conselho Nacional. Inclusive o Conselho Nacional restabeleceu todas as suas pautas. Ele está, inclusive, fazendo processo de escolha de composição. Então assim, eu li a nota, inclusive, que foi acionado lá a orientação do Ministério Público, da Procuradoria também e foi colocado que é para restabelecer, de forma virtual esse restabelecimento. Eu acho que as fragilidades a gente tem que realmente vencê-las, mas elas não podem ser impeditivas para a vida do conselho ser relativamente normalizada no que dispõe o regimento. Plenária uma vez por mês, a reunião das comissões, reunião da Mesa Diretora. Eu acho que é o momento de a gente cumprir o regimento e a gente está conseguindo fazer isso. Obrigado. PRESIDENTE: Ok, Secretária Consolação. Por gentileza, a Secretária Patrícia, que pediu inscrição. A Conselheira Patrícia, por gentileza. CONSELHEIRA PATRÍCIA GOMES: Eu concordo com a fala da Consolação em relação a necessidade de cumprirmos o regimento, mas é importante esclarecer em cima da fala do Lucas. No meu entendimento, o Comitê de Crise não fez nenhuma deliberação, quem fazia as deliberações era a Mesa Diretora ampliada que ouvia os demais integrantes que estavam participando das reuniões, como Comitê de Crise. No caso, como a própria Mesa Diretora ampliada definiu, o Comitê de Crise seria composto com os participantes da... dos usuários. Então (áudio ruim) no meu entendimento, seria interessante que a Mesa Diretora continuasse responsável por suas atribuições regimentais, mas garantindo a participação dos usuários

para poder ouvir mais contribuições. Então, em cima da fala da Luanda, eu concordo que é importante a gente avaliar quais são as pautas emergenciais e isso era uma coisa que a gente fazia até mesmo quando tinha plenária presencial, né? Sempre era falado: “Conselheiros, vamos trazer somente pontos para deliberação. E hoje na Comissão de Política, por exemplo, se não me engano, foram dois pontos trazidos e nenhum dos dois pontos era para deliberação. Então isso nas plenárias presenciais mesmo era muito discutido para poder agilizar as decisões e a gente conseguir cumprir a pauta. Então, acho até a Comissão de Normas também hoje apresentou um ponto que era mais informe. Então acho importante a gente cumprir o regimento, manter as plenárias, mas no meu entendimento, com pautas emergenciais. Como, por exemplo, a gente vai ter aí tantas pautas pela frente como o Pacto de Aprimoramento, a prestação de contas de 2019, né? A gente até mesmo discutiu, na semana passada, depois de deliberar sobre a prestação de contas do 4º trimestre de 2019, que teria que ver se a gente faria a deliberação da prestação de contas de 2020. Então eu acho que isso é meio que no sentido de entender se é emergencial ou não, porque o próprio regimento fala que o conselho tem que deliberar ao final de cada exercício. Está dessa forma. Então é importante manter as reuniões. E aí eu acredito que até mesmo as comissões, elas tenham que ser feitas da forma que eram feitas antes, porque fica complicado a gente ter reunião semanal. Pelo menos, eu não tenho disponibilidade tanto do trabalho assim, para poder conseguir participar de tantas reuniões. Então acho importante a gente manter as reuniões dos CEAS, mas com as pautas emergenciais. Seria isso, obrigada. PRESIDENTE: Obrigada, Conselheira Patrícia pelas explicações. Está inscrito o Conselheiro Márcio, por gentileza. CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA: Grande parte da minha intervenção aqui hoje foi colocada para os Conselheiros anteriormente, e acho que é importante a gente sempre está tentando resgatando quando da instalação do Comitê de Crise, o conselho, ele não tinha caminhos para tomadas de decisão. Então naquele momento especificamente se pensou em algumas questões que eram necessárias para que o conselho não ficasse totalmente paralisado. Então se apurou a Mesa Diretora, com a participação de mais técnicos e mais Conselheiros. E penso também, se não estou equivocado, que sempre foi colocado nesse comitê de que determinadas matérias, talvez pela complexidade de algumas matérias ou a questão emergencial, elas seriam tomadas decisão no comitê somente aquelas que necessitariam de alguma posição do conselho. Como, por exemplo, o encaminhamento do ofício para a Secretaria de Agricultura que foi tomada no Comitê de Crise, mas era uma necessidade daquele momento em função do tempo que a gente teve. Eu acho que o Conselheiro Lucas, ele traz um resgate desta questão regimental. Eu acho que em fala minha também, eu acho que na plenária anterior onde foi até sugerido se a gente manteria ou não o Comitê de Crise, e eu havia até colocado que no meu julgamento poderia permanecer até que o conselho se restabelecesse do ponto de vista da sua organização e deliberação. Eu acho que os momentos, eles vão sendo avançados e a gente vai buscando essa reestruturação. E eu penso, hoje, de uma forma diferente da minha intervenção na plenária anterior. A gente já amadureceu os pontos, a gente já amadureceu alguns pontos do processo deliberativo do conselho e penso que a gente pode restabelecer determinados fluxos, conforme o regimento ordena. Agora, é extremamente importante que se garanta a participação de todos os Conselheiros, para que a gente tenha legitimidade nos nossos processos deliberativos. Então eu estou de acordo com a proposição da gente retornar as atividades do conselho da forma que está sendo prevista, mas com devido cuidado de

sempre está repensando as os nossos processos de acordo com alguma situação que venha a surgir e garantir a participação efetiva de todos os Conselheiros nos processos, seja nas comissões de trabalho, nas comissões temáticas, e seja nas plenárias. Eu acho que essa garantia é que dá respaldo a normalização das atividades do conselho. Essa é minha intervenção, Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE: Ok, Conselheiro Márcio, obrigado pela pelas considerações e pelas falas. De fato, elas são muito pontuais e tendem ao encontro do que a gente também espera, enquanto Conselheiro também, para que a gente possa restabelecer, embora que com todos esses aprendizados. A gente procurar melhorar e ver outros pontos e agir com mais essa questão da proporção, proporcionar a participação de todos. O Conselheiro Cristiano pediu a palavra.

CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE: Bom dia novamente, a todas e todos. Só reforçar isso que já foi falado. Acho que fui bastante contemplado nas falas anteriores aí, mas é reforçar isso, principalmente o que o Márcio falou, desse esforço que tem que ser feito da gente conseguir realmente a participação de todos. A gente já vem discutindo que o restabelecimento das plenárias, mesmo que virtualmente, já é um avanço. Então eu considero que a realização das plenárias virtuais, conseguindo, garantir a participação todos, ela já em si já é essa forma de realização. A questão da Mesa Diretora ampliada, eu acho que é isso. Ela foi uma ação que foi pensada e discutida por todos no início desse processo de pandemia e foi uma solução emergencial. Mas, como a Consolação falou, as comissões, é preciso, logicamente, fazer uma avaliação das reuniões das comissões, mas algumas reuniões estão... algumas comissões estão se reunindo semanalmente, outras quinzenalmente, como é o caso dá de Política. E aí assim, é isso. Por exemplo, eu vou colocar a minha situação também, eu teria muita dificuldade se tivesse o aumento no número de reuniões assim, porque respondo por uma superintendência lá na SEDESE e assim, a gente tem uma quantidade reunião assim, semanais e diárias muito grandes assim, então eu temo não conseguir participar da forma como eu gostaria. Mas eu acho que é isso, logicamente nas reuniões plenárias, a gente tratar das questões chamadas emergenciais ou urgentes, mas sempre também fazendo essa relação com as questões também que tem, que são as afetas diretamente à execução estadual também, que passam por essa discussão nas plenárias. O que pode inviabilizar, de repente, alguma execução por parte do Estado. Pensando que nesse momento, logicamente, a gente tem a emergência no enfrentamento da COVID, mas outras ações também estão acontecendo. Então a gente sempre ter essa sensibilidade também para ir avaliando e discutindo, os pontos como a gente vem fazendo. Mas eu acredito que assim, a gente, o Conselho Estadual de Minas Gerais nesses últimos meses, que estão sendo meses muito difíceis, a gente inicialmente conseguiu garantir, mesmo com as dificuldades todas de não conseguir totalmente, 100% da participação, mas a gente conseguiu manter a rotina de conversa e de diálogo. E também com a realização dessas plenárias virtuais. Então um pouco isso.

PRESIDENTE: Ok, Conselheiro. obrigado pela participação. Próximo inscrita é a Conselheira Gabi, Gabi. Por gentileza. Gabriela, né?

CONSELHEIRA GABRIELA LOIOLA: Minha contribuição é no sentido do seguinte, eu fico um pouco preocupada com essa questão de retomada das atividades normais, das atividades do conselho. Eu acho que a Mesa Diretora, ela precisa continuar as atividades. Eu acho que é relevante, porque o cenário não mudou. A situação da pandemia pelo COVID-19 está, na verdade, é se agravando. Então eu acho que é uma questão que a gente precisa se preocupar. Penso que, da maneira como está organizada e que a Luanda também sugeriu, nós não vamos estar sendo

negligentes com relação ao papel do Conselho Estadual. Eu vejo que o Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, ele tem desenvolvido atividades na tentativa de fazer o seu papel e desenvolver o seu papel, mesmo diante dessas questões. E acho que dessa forma eu acho que tem funcionado. Por que que eu penso que nós temos que manter o mesmo formato que já havia sido previsto? Primeiro que nós não estamos conseguindo a participação garantir a participação de todos e todas, né? Essa foi inclusive um ponto de grande discussão nessa reunião de hoje. O que talvez seja mais grave, porque estamos falando de um colegiado que tem um papel relevante para direcionar a Política Estadual de Assistência Social no Estado de Minas Gerais e os mais afetados tem sido a sociedade civil. Então eu penso que a gente precisa refletir muito nesse sentido, né? Embora, por exemplo, eu tenha serviço de internet em casa, a gente tem observado que esse serviço, ele não tem contemplado todas as demandas de *home office* de parte das pessoas que estão nessa modalidade de serviço, inclusive, aconteceu aqui com próprio Jaime, teve dificuldade com a conexão. Depois, também tem uma situação que é de infraestrutura mesmo, o aparelho trava. E aí eu estou falando, estou trazendo para uma realidade também que, foi muito angustiante na reunião passada, eu não consegui participar por uma questão de infraestrutura e aí eu acho que isso compromete muito, né? Hoje eu não consegui votar, deliberar sobre uma pauta da reunião por causa dessa situação e eu fico... Eu levanto o questionamento, é justo? Se nós não estamos em condições iguais, aí a gente vai tratar as coisas como se estivessem normais? Aí eu acho que não é bem por aí. E com relação ao que a Consolação colocou, foi uma surpresa para mim, por quê? Porque na reunião do FONCEAS, a presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, ela pontuou de forma bem enfática as questões que envolvem a retomada de plenárias normais e eles não estão desenvolvendo plenárias normais, estão apenas realizando as ações extraordinárias. Assim, eu acho que não está nesse modelo de que as atividades tem que voltar à normalidade. Eu acho que a Mesa Diretora precisa continuar e eu penso que nós, da Comissão de Política acertamos na primeira reunião, depois da primeira reunião remota, de definirmos que iríamos discutir apenas às questões emergenciais e eu acho que é isso mesmo. Até porque os municípios estão sobrecarregados, com muitas questões que envolvem mesmo a questão do COVID. É essa que tem sido a preocupação. E eu acho que esse conselho também precisa se preocupar nesse sentido para poder orientar os municípios nessas questões. A gente não pode se perder em tudo isso, né? Então fica a minha colaboração e aí assim, é mais do que uma contribuição, é um pedido de solidariedade especialmente com a sociedade civil que está sendo prejudicada no processo de participação de um colegiado tão importante como esse. PRESIDENTE: Obrigado, Conselheira Gabriela, pelas colocações, participação, muito importante as suas falas, e, com certeza, e são pontos importantes que devem sim ser consideradas. A Conselheira Denise pediu inscrição? CONSELHEIRA DENISE SILVA: Sim. Na verdade, eu gostaria de endossar aí a fala da Gabriela, por mais que eu posso estar represando algo que já foi dito aí pelos colegas Conselheiros. Eu realmente acho muito preocupante a gente pensar em pautas normais, em reuniões normais do conselho. E, na verdade, assim, expor que a preocupação mesmo e apresentar, muito respeitosamente, a minha discordância aí da Secretaria Executiva, Consolação, quando traz aqui a questão do CNAS. Eu, no meu ponto de vista, não é um parâmetro que a gente possa seguir, considerando até os Conselheiros, assim como eu, recém chegados no Conselho Estadual de Assistência Social e da preocupação mesmo que a gente

possa dedicar de fato as pautas emergenciais como enfoque maior, a fim de que lá adiante a gente consiga com tranquilidade olhar para trás e ver como que as nossas discussões nesse momento tão delicado tem, de fato, impactado nos municípios. Como que a nossa atuação está sendo, de fato importante, as nossas discussões. Eu acho que a gente precisa de fato concentrar todo o esforço, todo esforço e aí também trazendo o reconhecimento das dificuldades nas questões que permeiam reuniões online e tudo para que a gente possa realmente ter uma discussão mais concentrada, mais focada nas questões emergenciais. Eu venho aqui, talvez como eu disse, repetir algo que algum Conselheiro tenha dito, mas ao mesmo tempo reforçar isso. Porque isso para mim custa muito caro, muito caro a gente ter a tranquilidade de olhar para trás, saber que nós discutimos pautas que são urgentes para esse momento delicado e que a gente consiga dormir com tranquilidade sabendo que a gente está fazendo o melhor que a gente pode, enquanto Conselheiro, nesse momento. PRESIDENTE: Conselheira Denise conseguiu concluir ou foi interrompido o microfone? CONSELHEIRA DENISE SILVA: Sim, Jaime, eu concluí e agradeço. PRESIDENTE: Ah, você conseguiu concluir. CONSELHEIRA DENISE SILVA: Lhe agradeço. PRESIDENTE: Não... Imagina, Conselheira, fica à vontade. A Conselheira Sandra solicitou a inscrição. Por gentileza, Conselheira. CONSELHEIRA SANDRA AZEVEDO: Então eu, particularmente, me senti contemplada em algumas falas, gostaria de reforçar alguns pontos e trazer novos elementos. Então eu gostaria de reportar a reunião da Comissão de Orçamento onde a gente discutiu essa questão de voltar a questão das reuniões normais e esse foi pontuado a partir de sempre ouvir das pessoas, a dificuldade, o acúmulo de reuniões, dado esse momento, tem gerado muitas reuniões virtuais, muitas atividades e então... E aí o CEAS, a gente também ter reunido mais. Bom, aí então houve a reunião, foi até, particularmente eu que fiz a proposta e a Patrícia, inclusive, foi simpática a proposta de que a gente pudesse então está retornando às atividades normais de reuniões do CEAS que é uma vez por mês, naquela lógica, da reunião de Mesa Diretora, reunião de comissões e plenária reservado dois dias para as reuniões. E aí eu entendo que a pauta emergencial chama-se uma Reunião Extraordinária, penso que a dinâmica, ela poderia ser isso daí. Lembrar que de uma certa forma sim, essas reuniões, é importante que a gente garanta a participação de todos os Conselheiros, que a gente possa possibilitar, no caso a SEDESE, possa possibilitar que todos os Conselheiros participem. Dizer que pode ser que essa não seja uma dificuldade só da sociedade civil, mas outros Conselheiros também tem dificuldade com questão de internet. Lembrar que nós tínhamos um custo com passagens e diárias e que, de uma certa forma, a gente está fazendo economia. Nós não estamos gastando com diárias e passagens, então esse recurso, talvez, ele possa ser revertido para aquelas pessoas que têm dificuldades com internet, para essas pessoas possam acessar melhor as reuniões. Então possam ofertar para elas então nesse sentido, eu até sugiro que seja feita uma conversa pontual com cada Conselheiro para ver essa dificuldade. E se tiver essa dificuldade que ele possa ser contemplado. Lembrando que nós temos um orçamento para as reuniões do CEAS. E aí então a gente também pode utilizar esse recurso, penso, para isso daí. Para oferecer pontos de internet para aqueles que têm dificuldade, garantindo assim, a participação efetiva de todos os Conselheiros. Lembrar que essa situação de reuniões, ela pode ser uma questão que pode perdurar por mais tempo que a gente quer ou que a gente pense que vá. Pode ser que a gente prolongue isso daí ao longo de 2020 e entre para 2021 com necessidade de reuniões virtuais, impossibilitando que a gente reúna presencialmente porque a gente está vendo que os casos

de contaminação pelo vírus, ele está aumentando. Principalmente aqui também, em Minas Gerais. Então a gente tem que levar isso em consideração. E lembrar, assim, eu particularmente, é uma novidade essa reunião virtual, mas ela, de uma certa forma, trouxe para gente para repensar algumas questões, que assim, nós conseguimos otimizar o tempo. Talvez a gente precise se programar melhor agora com essa questão da quantidade de reuniões, mas nós conseguimos otimizar o tempo. Tem eficácia sim, as reuniões, elas têm eficácia sim, né? E aí, assim, eu avalio isso não do ponto de vista somente do CEAS, mas do próprio CMAS e outras instâncias que a gente está tendo também reuniões virtuais. A gente está conseguindo fazer... Talvez, seja o novo que está chegando para nós, seria essa questão das reuniões virtuais. Eu particularmente, viajava à noite toda para reunião do CEAS e agora assim, acordo cedo, (trecho incompreensível) [03:17:10] o computador, participa da reunião. Terminou a atividade aqui, ou eu faço a minha atividade aqui em casa ou eu vou na secretaria, caso necessário. E assim, até bem de uma certa forma, proporcionou rever um novo jeito de conviver e de relacionar com o tempo. Muito obrigada. PRESIDENTE: Obrigada, Conselheira Sandra. E aí eu faço uma manifestação também. De fato, a questão das reuniões virtuais, elas têm ocupado não só o Cristiano também se manifestou, mas assim, eu tenho certeza que grande parte dos Conselheiros também deve estar sendo muito mais demandados. Eu entendo que a gente, que é um momento novo, um momento de realmente alinhar, de pensar alternativas. Mas, de fato, a gente está sendo hoje, extremamente mais demanda, de reuniões e de ações e de contatos do que seria no momento normal. Mas como, estamos todos aprendendo, sobre essa situação. A Conselheira Luanda pediu inscrição? CONSELHEIRA LUANDA QUEIROGA: Sim. É só para fazer um complemento a questão dos CMAS. E aí assim, porque assim, eu faço parte do Fórum Nacional de Trabalhadores do SUAS e a bancada de trabalhadores, do CMAS, todas as pessoas que são Conselheiras trabalhadoras fazem parte do FNTSUAS. E a gente fez uma discussão no Fórum Nacional sobre a questão da eleição da sociedade civil no conselho. Foi uma questão muito tensa, foi uma questão que acabou em algum determinado momento não sendo tão consensual, mas que aconteceu de fato e a gente entendeu, muito mais por uma questão de medo da sociedade civil de um Governo Federal golpista, que está tomando os conselhos e de um medo de não conseguir depois retornar a sociedade civil e por isso foi feito esse processo eleitoral às pressas, que inclusive está sendo muito criticado por boa parte da sociedade civil. Então é importante a gente pontuar isso. Nós não tivemos um momento de informe aqui, é um informe importante, inclusive, que diz respeito ao Conselho Nacional. Mas de dizer isso, que isso aconteceu no Conselho Nacional. Nós vamos seguir em frente com Conselho Nacional, com as representações lá. Mas que tem muitos tensionamentos ocorrendo também. E de dizer assim, aí eu falo enquanto até psicóloga mesmo, que a gente está todo mundo em um movimento de tentar voltar à uma normalidade que é impossível no momento. Nós estamos vivendo um momento gravíssimo. Nós tivemos de ontem para hoje mais de 1300 mortes, contabilizando quase uma morte a cada 64 segundos. A gente precisa pautar isso como emergencial no nosso estado. E algo que os municípios estão sentindo muita falta também, dessa presença muito na questão da saúde mesmo do estado na pandemia, na questão da pandemia. Nós não podemos tratar a situação que a gente está vivendo como uma situação de normalidade. Então é muito por isso que eu sempre estou ressaltando isso. Não dá para a gente simplesmente querer voltar os trabalhos normais porque a gente está vivendo uma questão muito atípica, muito emergencial. E aí

nós temos que ter muito cuidado. Eu pontuo isso assim, com muita tranquilidade, inclusive, mas para gente ter muito cuidado com que a gente vai decidindo por agora em voltar uma normalidade que é impossível no momento. Porque a gente está entrando em um período de muita crise, crise em vários sentidos. Então é por isso que eu pontuei no início todas essas questões. Continuo ressaltando em endossando o que as minhas colegas disseram aí anteriormente. Mas é isso assim, eu acho que a gente está aqui decidindo e deliberando coletivamente e entendo também os posicionamentos de todo mundo. PRESIDENTE: Ok, Conselheira Luanda. Obrigada, pela participação. Conselheiro (áudio ruim). CONSELHEIRO DANIEL CRUZ: Acho que a conexão do Presidente caiu novamente. PRESIDENTE: Não, eu acho que alguma coisa derrubou aqui né? CONSELHEIRO DANIEL CRUZ: Ah, não. Ok. PRESIDENTE: Já... ok. Eu tenho só que agora aconteceu... como caiu, eu não tenho todos os registros. Então Consolação ou quem está, por gentileza, quando voltou, ele apagou os chats. Mas eu me lembro que eu estava falando que o Conselheiro Daniel tinha uma proposta. Então, se depois do Daniel quem tiver inscrito, por gentileza, Consolação, tu podes continuar porque o meu ficou zerado agora, o chat. CONSELHEIRO DANIEL CRUZ: Então, gente, devido ao fato que a gente vem, eu sempre venho (áudio ruim) todas as nossas reuniões, que eu participo. “Ah, o fluxo de reunião está muito pesado. Não dá para garantir”. Então é muito simples, invés da gente fazer as reuniões no final do mês, faz no início do mês que aí tem tempo. Que aí (áudio ruim) descongestiona muito essa questão de uma reunião por (áudio ruim) uma reunião por semana, entendeu? E coloca essa reunião que a gente (áudio ruim) aprecia, tanto gostaria que voltasse. Assim, entendendo se for assim da viabilidade dessa casa aqui de te aceitar que essa a proposta de que o Comitê de Crise volte, porque a gente não pode negligenciar também tudo o que foi possível e urgente graças ao Comitê de Crise. Entendeu? É um ponto interessante de trabalho (áudio ruim) que não vai impactar tanto nas deliberações do conselho, mas sim também que vai e vai como um aporte a mais, entendeu? E que essa minha proposta é o quê? Que as reuniões do Comitê de Crise possam ser feitas no início do mês, ao contrário do final do mês. E isso não serve somente para as reuniões do Comitê de Crise, isso serve para todas as reuniões que forem feitas das comissões e também das plenárias. A gente não tem só o fim do mês para tratar, para fazer as reuniões, tem todo um mês que é possível. Eu não entendo até agora, o momento, o que eu estou tentando entender no Regimento Interno onde mostra que é impreterivelmente tem que acontecer no final do mês as reuniões da plenária e as reuniões das comissões. Entendeu? Então assim, eu acho que descomplicar é o que a gente quer. Tá? Se (áudio ruim) do acesso à internet, até concordo com a Conselheira quando ela citou bem a respeito da Comissão de Orçamento, falou que seria interessante fazer uso da diária e de passagem para aquelas pessoas que têm esse problema. Só que aí entra em um outro percentual assim, de informação, que eu fiquei sabendo também e que eu gravei. No Regimento Interno não consta essa viabilidade. Então para fazer o uso das diárias e de passagens vinculando esse recurso financeiro para internet, é necessário estar regulamentado no Regimento Interno. Se não, nós enquanto conselho, a gente não pode fazer utilização dele, daria uso indevido de recurso. Entendeu? Aí eu tenho um pouco de receio a respeito disso. Aí é que entra a questão de normas e orçamentos verificar se procede realmente e se há a possibilidade, desde que não impacte nos nossos trabalhos e não diz deslegitime o Regimento Interno. E quando falam que Conselheira falou que é um pouco difícil se basear no Conselho Nacional de Assistência, eu discordo porque o Conselho

Estadual existe devido ao que está regimento alisado na tipificação que foi no Conselho Nacional de Assistência então eu acho interessante a gente, essas falas serem colocadas em momento oportuno e não neste momento. Agradeço. PRESIDENTE: Obrigado, Conselheiro Daniel, pelas falas. Obrigado também a Consolação e a Conselheira Patrícia, por ter colocado a ordem. Então, vamos fazer assim, nós estamos chegando às 11:28 essa pauta, eu vou passar então, pela ordem, tem o Conselheiro Irajá, a Conselheira Gabriele, Conselheira Daniel. Eu não sei, Daniel, se tu foste contemplado agora na fala? CONSELHEIRO DANIEL CRUZ: Não, esse é o meu... Essa é a minha inscrição é que eu tinha solicitado (trecho incompreensível). PRESIDENTE: Ah, sim. Tu pretendes voltar então? E tem o Conselheiro Lucas, né? CONSELHEIRO DANIEL CRUZ: Eu vou esperar, eu vou seguir a ordem direitinho. PRESIDENTE: Tá, tudo bem. Então podemos então encerrar então pela ordem que a Conselheira Patrícia inseriu, que foram as pessoas que inseriram no chat. A Patrícia só me orientou aqui porque eu tinha perdido. Irajá, Gabriele, Daniel e Lucas. Pode ser assim? Então Conselheiro Irajá, por gentileza? CONSELHEIRO DAMIÃO BRAZ (IRAJÁ): Olá, gente. Bom, eu ouvindo as falas dos demais companheiros aí e Conselheiro, eu acho bem para voltar à normalidade do conselho do CEAS com todas essas dificuldades, eu não acho pertinente. Dentro da minha visão porque nós temos... Eu mesmo, nessa mesma reunião agora que nós estamos tendo agora, eu tive diversas dificuldades de ouvir por justamente a internet não está 100%. Se fosse para mim votar, eu não voltaria em algumas questões que era para ser deliberativo, porque eu não ciente do que estava sendo falado. Então eu tenho essas dificuldades. Eu tenho esses limites, dentro aqui da minha... acompanhamento. Eu acredito que para ter uma normalidade, deveria estar todo mundo com o mesmo padrão. Eu acho que todos os Conselheiros, então eu vejo que tem que repensar. Repensar de que forma nós vamos dar continuidade às plenárias. Não sei se vai ser essa plenária ordinária todo mês, mensalmente ou não. Ou que vamos continuar com Comitê de Crise, eu acho que só as pautas emergenciais. A Luanda, foi bem lembrado Luanda, quando você fala que nós estamos vivendo um momento que não esperávamos. Não só no Brasil, mas mundialmente. A gente está sendo, tendo realizada, prejudicado por toda essa COVID-19 que aqui está instalada no mundo. E assim, nós estamos sendo vítimas de uma situação, até mesmo prisioneiro, de ficar em casa para a gente não aumentar esse número da estatística brasileira. Eu estou em uma aldeia, se eu tivesse em um momento normal, normal, eu já estaria na minha cidade. Eu já estaria na minha cidade. Eu não estaria na aldeia, porque aqui está todo mundo aqui está tudo fechado, é o momento que eu estou falando aqui é uma questão pessoal, mas é um momento que está... Nós estamos discutindo a questão da reunião mensal do CEAS. Então assim, se nós estivéssemos normais, nós estaríamos fazendo essas reuniões presencialmente. Não estava fazendo virtualmente. E assim, me preocupa também... assim, já é uma questão mesmo, que eu já eu já vinha desde o ano passado, que já vinha proposto, para ter essas reuniões virtuais., que era uma forma de até mesmo de economizar para o Governo Estadual, né? E eu fui contra, acho que na época... Não me lembro, eu, quanto João e outros tivemos contra essas reuniões virtuais temendo essas dificuldades. E agora, se a gente aceita a normalidade, nós estamos dando um ponto para que essas reuniões continuem após a pandemia. Então, quer dizer, isso para mim não é normal. Não é normal. Se hoje fosse normal, eu estaria na minha cidade. Assim, tinha ônibus para eu ir embora. Não tem nem ônibus, para ir embora. Então quer dizer, então é o momento de nós repensar esse momento de crise para que nós possamos,

daqui para frente ver uma forma melhor. Eu acho que tem que acontecer as plenárias, tem que acontecer. Eu acho que aqueles pontos emergenciais, aqueles pontos que nós achamos. Mas não pensar nesse momento: “Ah, vamos normalizar tudo”. Né? É meu ponto de vista nesse momento.

PRESIDENTE: Ok, Conselheiro. Obrigada pela sua participação e pelas colocações sempre muito importantes. A Conselheira Gabriele.

CONSELHEIRA GABRIELE DA SILVA: Oi. vocês me ouvem, gente?

PRESIDENTE: Sim, Gabriele.

CONSELHEIRA GABRIELE DA SILVA: Então, só tentando assim, fazer um compilado do que eu consegui aprender de todas essas discussões. Claro que a gente tem consenso em vários dos pontos colocados. Primeiro assim, só... Eu acho que o Cristiano já pontou essas falhas, principalmente quando a gente está falando de tecnologia, elas sempre vão acontecer. Infelizmente, então a gente acompanha essas *lives* de grandes artistas, isso tem acontecido recorrentemente até pelo volume de acesso. Então assim, a gente está em um momento de pandemia, momento excepcional, que até as operadoras de internet estão com essa dificuldade. Então esse não é um problema que não é só nosso, esse é um problema geral. Então só pontuar essa questão. Como essa questão dos chips do acesso aos dados foi retomada novamente, eu acho que já foi esclarecido assim, mas a gente precisa só pontuar que, como todo mundo sabe, a administração pública faz o que está regulamentado. Então, como é um fato novo essa questão das reuniões virtuais e da necessidade, na verdade, assim, de garantia essa participação é pressuposta, a gente precisa garantir, depende como for a reunião. Só que o chega para gente, os Conselheiros que apresentam a Secretaria Executiva e eu acho que o fluxo tem que ser esse mesmo. A Secretaria Executiva nos apresentou quatro problemas de acesso, então só de quatro Conselheiros que foram prontamente atendidos assim. A gente não... A solução institucional, então a Política de Estado que foi implantada nesse caso foi a liberação de chips corporativos para dois desses Conselheiros. Os outros dois não poderia, porque foi informado que a operadora não funcionava. Então, só para deixar claro isso assim, que o que estava permitido em lei já foi feito. O que a gente precisa é avançar nessa regulamentação. E aí para os outros dois foi essa questão dos dados que eu acho que também já está esclarecido, mas eu considero isso como um avanço. A liberação de chips corporativos, ela é extremamente restrita no estado, ainda mais nesse cenário de restrição orçamentária e financeira. Então não é todo servidor que pode ter acesso a esse chip. Então eu acredito que foi um ganho desse conselho, foi uma das decisões, assim, enfim, um dos encaminhamentos da própria Secretaria Executiva, Mesa Diretora e desse Comitê de Crise. Então eu vejo que a gente tem tido avanços nessa questão, mas precisa de mais avanço com essa questão da doação de dados. Hoje, na plenária, a gente viu que mesmo acontecendo essa disponibilização, às vezes tem falha técnica. Então a gente precisa de que essas falhas técnicas sejam informadas à Secretaria Executiva com antecedência para gente tentar corrigir. E aí eu também acho que era Secretaria Executiva precisa aprofundar nesse diagnóstico de acesso mesmo. Então verificar novamente, entre todos os Conselheiros como é que está de fato essa possibilidade de participação. Porque como eu falei, essa é uma premissa. Participar e não conseguir falar, participar e não ter oportunidade de voz e voto também não é o que a gente quer de forma alguma. E aí, só para concluir, eu vi que tem sido usados alguns termos, para eu conseguir entender qual que é o encaminhamento nessa questão da plenária, a gente tem usado o termo ‘normal’ e ‘emergencial’ e eu acho que de uma forma diferente na fala de cada um. Então o que eu entendi, a questão do ‘normal’ é tipo, a proposta é o

retorno da periodicidade das plenárias para o que era antes. Então a periodicidade mensal. Então essa é uma questão que está sendo colocada também, né? Que todo mundo falou aí das reuniões serem mensais, não estão podendo... Semanais não estão podendo acompanhar. Então eu acredito que o 'normal' que está sendo usado é nesse sentido, de voltar a ter periodicidade mensal. Quanto ao 'emergencial', aí é outra questão. Essas plenárias voltando a ser mensais, elas só vão discutir pautas emergenciais? E o que a gente está chamando de pauta emergencial? É coisa que tem prazo? Que está posto em lei, né? Ou que tem normativa falando que tem prazo para o conselho deliberar ou a gente está falando de emergencial se somente vinculada ao contexto da pandemia? Eu acho que esse foi um ponto que ficou um pouco confuso para mim, principalmente, porque por exemplo, a gente tem, sei lá, demonstrativo do Governo Federal que ele abre, ele já tem uma normativa posta. Então quando ele abrir, o prazo é tantos dias para o gestor, tantos dias para o conselho. Isso seria uma pauta emergencial nesse contexto que a gente está trabalhando ou não? A gente tem um plano de ação do aceite da 369, que a gente aprovou o aceite e agora o plano de ação foi aberto. Também é uma provação que eu entendo que, de prazo, é emergencial. Mas aí, eu acho que só para gente alinhar esse conceito, e se o encaminhamento que eu estou entendendo é esse mesmo. Retorno das plenárias para mensais e aí que nela sejam apreciadas apenas os temas emergenciais. É isso? Falei muito, gente. Desculpa. PRESIDENTE: Obrigado, Conselheira Gabriele, pelas suas falas. Inscrito Daniel, eu não sei sem... Permanece, Daniel, Conselheiro? CONSELHEIRO DANIEL CRUZ: (Áudio ruim) quando eu me inscrevi agora por último, foi no intuito de eu fazer a solicitação de um ponto de pauta. Por quê? PRESIDENTE: Ah, sim. CONSELHEIRO DANIEL CRUZ: Devido até mesmo por causa dessa da internet. Que (áudio ruim) se não for deixar para uma próxima ocasião. PRESIDENTE: Ok, Conselheiro. Conselheiro Lucas, por gentileza. CONSELHEIRO LUCAS SILVA: Eu só queria só reforçar a fala de Consolação. O que ela traz para a gente, na verdade, é um entendimento e uma compreensão e uma leitura que ela faz do atual cenário, quando ela cita o CNAS e cita o Ministério Público, ela traz para gente que o Ministério Público abriu precedente para se questionar a atuação de um conselho e o exemplo é o próprio Conselho Nacional de Assistência Social quem é o fiscal da Lei? O Ministério Público, o Ministério Público é o grande fiscal da Lei. Se o CEAS não exerce suas atividades, verificado as suas competências, as suas atividades. E aqui eu não falo a voltar uma normalidade, mas exercer aquelas competências que são previstas em lei. Nós somos passíveis de responsabilização, o precedente que Consolação traz para a gente é justamente esse. Não é que a gente tem que voltar à uma normalidade, mas a gente precisa se ater as competências que o conselho tem e que a gente tem que cumprir, quando a gente assume o papel de Conselheiro nós temos que nos ater aquelas competências que o conselho deve cumprir. E se a gente não atende a essas competências, nós estamos passíveis de responsabilização e é a justamente esse precedente que Consolação trás. Consolação, me corrija se eu tiver errado. E eu gostaria também parabenizar a fala de Sandra. Me contemplou, eu acho que é isso mesmo. Eu mandei no grupo para vocês no dia de ontem, a pandemia parece que começa a se alastrar em Minas por agora. Então nós precisamos nos ater a isso. Então o novo normal que nós vamos ter, querendo ou não, é buscar adaptar a essa situação. É evidenciado que a pandemia em Minas ainda está por estourar e, mais preocupante ainda, por causa dos municípios de interior. Então mais precaução nós temos que ter, então nós temos que nos reinventar e fazer cumprir

as competências do conselho. Então, querendo ou não, muito mais do que a gente ter as nossas considerações os nossos anseios, é justamente cumprir com as competências do conselho. E isso passa por uma reorganização estrutural interna nossa. Não é? Cumprir o nosso Regimento Interno e fazer as adaptações naquele que for preciso. Se é preciso melhorar a internet, é o ponto que nós temos que estar debatendo e falar que: O que é que a gente tem que fazer para poder melhorar essa internet? O que é preciso fazer até mesmo para ter um acesso mais eficiente, não só da internet, que a gente precisa também de maquinário que suporte esses acessos. Então não é só internet. Acredito que é o caso do João. Não é só internet, mas o computador. Ele já evidenciou, na plenária também, que ele tinha um problema com aparelho dele para ter esse acesso. Então acho que o ponto que a Consolação traz, ele é muito primordial e a gente tem que ter atenção aí nesse ponto. O Ministério Público abriu precedente para responsabilização de um conselho. Então é isso que a gente precisa evidenciar. Então a gente não quer essa responsabilização para nós. Então nós temos que cumprir as nossas competências previstas na 12.262. Então é isso que a gente precisa ter em foco, cumprir as competências e fazer... Trazer uma reorganização estrutural dentro do próprio conselho, verificando o Regimento Interno, verificando as outras resoluções que já foram emitidas por esse conselho. E se for preciso regulamentar a situação que nós estamos vivendo, vamos regulamentar. Nós temos condições que são competentes para isso. E só para poder finalizar, fugindo um pouquinho do assunto, eu gostaria de externar o nosso convite da Comissão de Normas para Ana Amélia vir participar conosco. É isso. Obrigado, Presidente. PRESIDENTE: Ok, Conselheiro Lucas. Obrigado pelas explicações. Não... de fato, não tem mais inscritos aqui. Eu acho que a gente já debateu, foi bastante... Teve uma inscrição do Conselheiro Sávio e a gente encerra. Pode ser, Conselheiro? Para gente já... É um assunto muito interessante. E aí, enquanto o Conselheiros Sávio, Domingos Sávio, ele se manifesta. O proponente, que foi o Lucas e a Consolação, que inseriu... Ou então algum Conselheiro para ver quais são os pontos que a gente delibera. Se é a questão do retomar as plenárias virtuais. Enfim, eu gostaria que fosse produzido então, uma (trecho incompreensível) um ponto, para que a gente pudesse encerrar. Encerra então no Daniel que foi o último que pediu inscrição. Tá, gente? Já são 11:44 e essa é uma reunião extraordinária que deveria né? São os pontos assim, então Conselheiro Domingos Sávio, por gentileza. CONSELHEIRO DOMINGOS SÁVIO: Bom pessoal, na verdade, a minha intervenção vai ser só para endossar o que já está sendo posto e tentar ser, do ponto de vista prático, ser bem objetivo. Por exemplo, o conselho, a Política de Assistência Social não pode se furtar a atendimento. Conselho, no contexto da pandemia, tem que ser uma realidade para a gente daqui para frente. Com certeza, concordo com tudo o que está sendo dito. Por exemplo, a nível nacional, a gente encarece de uma Coordenação Nacional. Eu estou pensando assim, Nacional, Estado e Município ponta se a gente carece de uma coordenação nacional, uma ausência de recurso, uma ausência de compromisso, uma ausência de maturidade de entendimento fica mais difícil ainda. E o esforço que a gente tem que fazer sendo Conselho Estadual, na linha aí, eu acho que cabe a nós nos responsabilizarmos cada vez mais. E nessa perspectiva, a gente... Dá para fazer muita coisa. Primeiro que a gente vai ter que buscar, eu espero que no final dessas discussões, a gente possa estar emitindo uma nota técnica de orientação para os usuários... Para os conselhos dos municípios, eu acho que é assim que a gente trabalha. E aí, a gente não poderia deixar de falar de uma proposta e tentativa de aproximar o trabalho remoto do

trabalho presencial. Tem que ser tão efetivo o remoto, quanto o presencial. Até aí tem as redes, das pessoas que são atendidas no bairro, elas poderiam ser dinamizadas. A convivência e fortalecimento de vínculos, por exemplo, poderia em uma conversa, de um profissional ou alguém que pertence esse grupo. Já traz uma visibilidade também o usuário da política. Quem me dera, se a gente pudesse articular uma estrutura de forma que toda pessoa, todo o público da assistência social poderia estar recebendo esses R\$ 600,00 de forma integral. Isso é uma dificuldade. Isso é se colocar em defesa da vida, porque essa vida também que 50 pessoas do público da Política de Assistência Social não têm acesso as questões sanitárias, as recomendações sanitárias. Não tem condições de comer, não é que elas não queiram. Não tem condições de cumprir. A gente viu aí notícias aí de falta d'água em vilas e favelas e isso é a constante, para eles lá. 50% não tem condição de cumprir isso. Tem também dado o isolamento social a complicações relativas a direitos com relação as mulheres, a gente tem que ter proposta para isso. A gente tem que trabalhar isso também. Então seria, mais ou menos isso, a questão da fome também. Como é que a rede social aí de apoio de cada município supre o que a população mais pobre demanda? O Conselho é obrigado a fazer isso. Então, na verdade, o Conselho estaria em um ano, na perspectiva da defesa da vida e em uma resistência ao que o vírus provoca. O vírus provoca o quê? Mortes. Então a gente vai entrar junto com as outras políticas, junto com os outros conselhos em defesa da vida com uma série de atitudes que a gente pode estar conversando com mais propriedade e depois. Ok? É isso. PRESIDENTE: Ok, Conselheiro. Obrigada pela participação. A Patrícia então já... Partindo então, encerrando as manifestações. Então agora a gente parte para a proposta. E a Patrícia pediu para se inscrever, para já dar a proposta. Por gentileza, Conselheira. CONSELHEIRA PATRÍCIA GOMES: Então, com base nas discussões, a proposta de uma das possíveis propostas de encaminhamento: que o conselho se reúna mensalmente, conforme previsto no Regimento Interno, deliberando questões emergenciais entendidas como pautas cujo o tempo é o regulador, são perecíveis e de difícil reparação posterior. E que essas pautas emergenciais, com base nessa conceituação, seriam definidas pela Mesa Diretora ampliada. Então dessa forma, os informes das comissões, como foi feito hoje, por exemplo, não entraria na pauta da plenária. E um outro ponto para encaminhamento que eu sugiro é: dar continuidade da participação dos usuários, integrando aí o Comitê de Crise. Ficando claro que as deliberações são da Mesa Diretora ampliada para não ferir o regimento, mas somente para ampliar a participação mesmo. PRESIDENTE: Ok, obrigada, Conselheira Patrícia. A Secretária Executiva, também fez uma proposta. Vamos só então tentar chegar em um... CONSOLAÇÃO: A do Lucas, a redação do Lucas. Por favor. PRESIDENTE: A... (Trecho incompreensível): do Lucas? Lucas? Por gentileza. CONSELHEIRO LUCAS SILVA: A minha proposta é a retomada das plenárias com as pautas emergenciais. E aí, o critério de emergencial, esse já evidenciado pela Patrícia, bem como com as comissões. Mas sem a atuação do Comitê de Crise, por justamente não haver previsão regimental. PRESIDENTE: Ok. Obrigada, Lucas. Eu acho que estamos... Então... (Áudio ruim) é que eu estou com problema que meu chat. Não... A proposta da Patrícia, seria: a realização das plenárias mensais, conforme previsto no Regimento Interno. Elas não se assemelham? Só... Qual é a diferença de uma proposta para outra. Só para eu poder contextualizar (trecho incompreensível). CONSELHEIRA PATRÍCIA GOMES: Presidente, só para esclarecer a diferença. Seria a permanência do Comitê de Crise, visando garantir a participação dos usuários sendo que as

deliberações seriam da Mesa Diretora ampliada para não ferir o Regimento Interno. PRESIDENTE: Então... Só para poder contextualizar a proposta do Lucas, ele propõe não haver a participação... não haver a atuação do Comitê de Crise por não estar previsto no regimento. Correto, Lucas? E a da proposta da Patrícia seria o mesmo teor, mas com a continuidade do Comitê de Crise. CONSELHEIRO LUCAS SILVA: Isso mesmo, Jaime. Na verdade, essa questão do Comitê de Crise é porque é uma estrutura que não é prevista no Regimento Interno, diferente da Mesa Diretora. PRESIDENTE: Tá, então estando todos os... CONSOLAÇÃO: A Sandra pediu inscrição. PRESIDENTE: Ah, a Sandra. Tá. Desculpa, Sandra... É correto, então, às vezes, a gente não consegue. Por gentileza, Sandra e aí encerramos... CONSELHEIRO DANIEL DA CRUZ: Uma questão de ordem, Senhor Presidente. Eu tinha feito a inscrição depois da fala do Conselheiro Sávio e não foi permitida para mim. Aí você abre para outra Conselheira? PRESIDENTE: Eu não vi. Eu não vi Conselheiro Daniel, não... Sem problemas então. Se a Conselheira Sandra permitir, ou fala agora ou... né? O Conselheiro Daniel se ele quiser se manifestar e... CONSELHEIRA SANDRA AZEVEDO: Jaime? PRESIDENTE: Oi? CONSELHEIRA SANDRA AZEVEDO: Tudo bem. Tranquilo viu, Daniel? Tranquilo viu. Depois da sua fala. Eu só quero reforçar um ponto que eu já falei, tá? Obrigada. PRESIDENTE: Está bem. Obrigada, Conselheira Sandra. Conselheiro Daniel, por gentileza. CONSELHEIRO DANIEL CRUZ: O que é que acontece? Eu venho notando aqui na plenária, assim, que a gente tá... entra em um assunto e, quando a gente pensa que não, a gente já está indo para aí outra temática, outro tema. Então eu só queria solicitar aos demais Conselheiros que a gente possa se policiar a respeito disso. Que a gente está mantendo com uma linha de raciocínio, a gente, pelo menos termine, finalize ela, porque a gente estava inicialmente tratando da retomada do Comitê de Crise, aí depois já voltou para internet, aí já foi para outro... já virou um labirinto. E aí isso faz com que pese no entendimento e também na participação dos Conselheiros. Entendeu? Então eu peço, por favor, que a gente possa se a ter um pouco mais ao que está sendo posto ali naquele momento e que a gente finalize aquele tema. Depois que finalizar ele, aí sim a gente pega outro tema. Agradeço. PRESIDENTE: Ok, Conselheiro Daniel, obrigada pela contribuição. Conselheira... então Sandra. E aí então a gente sintetiza as duas propostas, aí a gente encaminha então para deliberação da plenária. Por gentileza, Conselheira Sandra. CONSELHEIRA SANDRA AZEVEDO: Então, eu gostaria de reforçar assim... E sei que a SEDESE vai olhar isso com carinho e nós do conselho temos que regulamentar isso daí. Eu penso que tem que resolver essa questão da internet dos Conselheiros, tá? Então assim, qual que foi a proposta que passaram? Nós precisamos resolver de dar essas condições para todos. Como já foi colocado, alguns tem essa facilidade e outros não tem, mas essa condição, ela tem que ser dada para todos, porque senão nós vamos fazer um processo de exclusão no próprio controle social e isso fica muito ruim para nós. Obrigada. PRESIDENTE: Obrigada, Conselheira. Sintetizando, então nós vamos colocar em regime de votação. Então vamos apresentar a tela. E vamos aguardar apresentar a tela. CONSELHEIRO LUCAS SILVA: Jaime? PRESIDENTE: Oi, Lucas. CONSELHEIRO LUCAS SILVA: Eu acho que seria interessante então, já que as propostas, a única diferença está na permanência ou não do comitê, que a gente vote a permanência ou não do comitê. PRESIDENTE: Exatamente. CONSELHEIRO LUCAS SILVA: Que aí... fica mais claro para a gente poder votar. PRESIDENTE: Exatamente. Esse é o único, que foi... Foi a questão da comissão. CONSELHEIRO LUCAS SILVA: Sim. PRESIDENTE: Então agora então, correto? CONSELHEIRO

HERMELLIS CAMPOS: Presidente, só antes da votação, um esclarecimento. Então aquela... É consenso então de ser só pautas de pontos emergenciais? Como a Consolação tinha colocado uma outra proposta aí, que eu fui vendo pelo chat, então como prevê no regimento de se toda a estrutura de uma planária, como se fosse presencial, não vai ter, né? É consenso então ser só pautas... vai ser plenária mensal mesmo, só que com pautas de pontos emergenciais. É isso? PRESIDENTE: Eu acredito... Eu acredito que seria, Lucas? CONSOLAÇÃO: Só para esclarecer. Posso, Presidente? PRESIDENTE: Pode, por gentileza. CONSOLAÇÃO: Não, é porque a Patrícia, já fez os esclarecimentos disso, as pautas, elas são construídas junto da Mesa Diretora que sempre fez a triagem daquilo que vai, o que não vai com relação as comissões. E as comissões temáticas também definem os seus pontos, entendeu? Aquilo, de acordo com que está no Regimento Interno, que foi o que o Lucas também apresentou. PRESIDENTE: Uhum. CONSOLAÇÃO: Então elas são emergenciais e com prazo de acordo, inclusive, com próprio Regimento Interno. CONSELHEIRO HERMELLIS CAMPOS: Ah, sim. Perfeito então. Entendido. PRESIDENTE: Então... Então estando os Conselheiros todos esclarecidos, né? Então a votação vai se dar das seguintes questões: quem aprova, com o Comitê de Crise, a deliberação de retomada das plenárias mensais com Comitê de Crise ou sem Comitê de Crise. Agora, precisa só achar um... Porque... Me ajudem, como que eu vou colocar isso numa... em uma linha assim, matéria a ser deliberado. Como que eu poderia... Me auxiliem aí agora. CONSELHEIRA PATRÍCIA GOMES: Presidente, eu posso? PRESIDENTE: Claro. CONSELHEIRA PATRÍCIA GOMES: Então tentando esclarecer um pouco a proposta. A proposta é para que o Comitê de Crise continue existindo, é no sentido de que as reuniões da Mesa Diretora ampliada contarão com a participação dos usuários, sendo que a decisão é da Mesa Diretora, conforme preconiza o Regimento Interno. E aí, em relação à proposta do Lucas, eu acho que seria melhor ele deixar mais claro. PRESIDENTE: Certo. O Conselheiro Daniel, ele pediu um destaque. Daniel, nós estamos só formatando aqui. Me aguarda só um minutinho? Pois nós vamos só formatar então a proposta de votação. Então... Quem aprova... Então o texto seria, quem... manutenção das plenárias sem Comitê de Crise, conforme a proposta do Lucas. Poderia ser assim? E quem aprova... Só para nós podermos chegar em uma linha. Pode ser nesse sentido? CONSELHEIRO LUCAS SILVA: Se a gente se submeter a votação da manutenção do Comitê de Crise, conseqüentemente, se for aprovado, mantém. PRESIDENTE: Isso. CONSELHEIRO LUCAS SILVA: E se não for aprovado... PRESIDENTE: Isso. É só uma questão de colocar, manter a reunião do Comitê de Crise. Ou não. Então... CONSELHEIRO LUCAS SILVA: É. PRESIDENTE: Pode ser isso? Então só pode editar lá... Gabriele, né? Não sei até se já não está editado... não estou conseguindo visualizar aqui. Mas... CONSELHEIRA GABRIELE DA SILVA: Então, é manutenção do Comitê de Crise? Vai votar pela aprovação ou não aprovação da manutenção do Comitê de Crise, é isso? CONSELHEIRO LUCAS SILVA: É, isso. Só isso. PRESIDENTE: (Trecho incompreensível) coloca isso... Estão... Deixa-me ver aqui, é o ponto quatro, né? Manutenção do Comitê de Crise, tá. Então... eu não sei se o Daniel pediu destaque, né? Era só sobre esse ponto? Porque se eu... Se estiver satisfeito, eu posso... eu vou entrar em processo de votação. (Trecho incompreensível). CONSELHEIRO DANIEL CRUZ: Já fui contemplado, Senhor Presidente. PRESIDENTE: Ah, ok então. Obrigado, Conselheiro Daniel. Então em regime de votação, pela manutenção do Comitê de Crise. Então como vota a SEDESE? Primeiro titular. CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE: Não. PRESIDENTE: Não, é...

CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE: Reprova. PRESIDENTE: Primeiro titular, Jaime reprova. Seplag, João Vitor? Não presente. Ausente. Luana Castro Lopes? Ausente. A SEAPA, Conselheira Cynthia? CONSELHEIRA CYNTHIA GOMES: Pela não manutenção. Reprovo. PRESIDENTE: Conselheiro Tomás, da Secretaria de Saúde. Ausente. Cláudia Silva? Ausente. Pela Secretaria de Educação, Conselheira Sílvia Souza. CONSELHEIRO CRISTIANO DE ANDRADE: Ela justificou no chat que ela teve que sair. PRESIDENTE: Ausente. Pela Secretaria da Fazenda, Conselheiro Geraldo. CONSELHEIRO GERALDO SILVA: Reprovo, presidente. PRESIDENTE: Reprova. Pelo COGEMAS, Conselheira Ana Amélia. CONSELHEIRA ANA AMÉLIA MEDEIROS: Novamente, eu não me sinto confortável para votar. Esse Comitê de Crise, essas questões aí, para mim, não estão muito claras. Eu estou tendo dificuldade até de me posicionar. Então assim, eu vou me abster viu, Lucas? Eu vou contigo porque eu, realmente, estou tendo muita dificuldade de entender essas questões aqui. PRESIDENTE: Estão, só para registrar, o voto da Conselheira do COGEMAS é pela abstenção? Isso? Ou... É que eu não entendi. Só o final, por gentileza, Conselheira. Conselheira Ana Amélia? CONSELHEIRA ANA AMÉLIA MEDEIROS: Sim, sim. É, isso mesmo. Eu vou me abster porque... por falta de entendimento. PRESIDENTE: Ok, Conselheira. Obrigada. Conselheiro do Conselho Municipal de Assistência Social de Novo Oriente de Minas, Conselheira Haiandra? Não está presente. Conselheiro Sávio, Conselheiro Domingos Sávio? CONSELHEIRO DOMINGOS SÁVIO: Aprovação. Pela aprovação. PRESIDENTE: Pela aprovação. Do Conselho Municipal de Assistência Social de Montes Claros, Conselheira Sandra Azevedo? CONSELHEIRA SANDRA AZEVEDO: Pela reprovação, a não manutenção do comitê. PRESIDENTE: Ok. Pela Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais, Conselheira Isaura Lopes? CONSELHEIRA ISAURA LOPES: Pela aprovação. PRESIDENTE: Pela aprovação. Pela Federação das APAE's de Minas, Natália Diniz. Ausente. A Conselheira Daiane que é suplente? Ausente. Pela Federação de Associação Sem Fins Lucrativos, Conselheira Ariadna Silva? Conselheira Ariadna ausente. Deixa só eu puxar... Ariadna. Conselheiro Élerson da Silva? Ausente. Pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Belo, Conselheiro Hermellis Campos. Conselheiro Hermellis? De Campo Belo. CONSELHEIRO HERMELLIS CAMPOS: Desculpa, Presidente, travou aqui o computador. Pela reprovação. PRESIDENTE: Ok. Pelo Conselho Central de Curvelo, Conselheiro Lucas Silva CONSELHEIRO LUCAS SILVA: Pela reprovação. PRESIDENTE: Pela União das Associações de Pirapora, Conselheiro João Antônio Crisóstomo? Ausente. Conselheiro Márcio Caldeira? CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA: Pela reprovação (trecho incompreensível) que seja garantido da participação de todos os Conselheiros nos processos de participação do Conselho Municipal de Assistência Social de Minas gerais. PRESIDENTE: Ok, Conselheiro. Obrigada pela colaboração. Pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Juiz de Fora, Conselheiro Antônio Hugo Bento? Ausente. E a suplência. Quer dizer, a suplência (áudio ruim) Conselheira Anédia Farias. CONSELHEIRA ANÉDIA FARIAS: Vai se abster por causa de entendimento, que eu estou achando a reunião... Essa fala foi muito confusa. Foi... Não deu para entender direito o que tão querendo não. Eu não entendi. Então eu vou me abster por falta de entendimento. PRESIDENTE: Ok, Conselheira. Pelo Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS Salinas, Conselheira Gabriela Loiola. CONSELHEIRA GABRIELA LOIOLA: Voto pela manutenção. Pela manutenção. PRESIDENTE: Eu não consegui ouvir, acho que tem um microfone aberto.

CONSELHEIRA GABRIELA LOIOLA: Eu votei pela manutenção. PRESIDENTE: Aprova, né? CONSELHEIRA GABRIELA LOIOLA: Isso, pela manutenção. PRESIDENTE: Ok. Representando o Conselho Regional de Serviço... Não, por favor... é isso, obrigado. Pelo Conselho Regional de Serviço Social de Minas, Conselheira Patrícia Gomes. CONSELHEIRA PATRÍCIA GOMES: Eu voto pela participação dos usuários no comitê... Nas reuniões da Mesa Diretora, ou seja, em favor do Comitê de Crise. PRESIDENTE: Aprova né? Ok. CONSELHEIRA PATRÍCIA GOMES: É isso, aprovo. PRESIDENTE: Ok. Então só agora, sintetizando, quantos aprovam Comitê de Crise? Por gentileza? CONSELHEIRA GABRIELE DA SILVA: 3... Calma, 3 mais 1, 4. 4 aprovações. 8 reprovações. 2 abstenções. PRESIDENTE: Ok, então encerrando então o ponto. Então fica. Não... O Comitê de Crise, ele não vai ademais a reunião. Então como foi deliberado, conforme a proposta do Conselheiro Lucas. Gente, é o ponto final da pauta. Chegamos às 12:07. É o momento de encerramento. Gostaria, assim, de agradecer bastante a presença de vocês todos. Peço perdão por alguma gafe ou alguma coisa que não é proposital, pode ter certeza. Tem sido muito rico a participação, nessa nossa plenária. E eu peço assim, que todos os... que a gente possa sempre continuar construindo, entendendo todas as complexidades que existem na própria situação que nos é colocada. Mas eu queria agradecer bastante a presença de vocês todos. E que a gente possa ter uma semana bem produtiva. Uma semana, um mês, que a gente espera que se tenha notícias melhores. Então eu não sei se... Eu preciso encerrar. Eu, infelizmente assim, eu posso encerrar? Nós temos uma agenda também. Eu não sei se o Daniel gostaria de falar, mas... encerrou a fala, né? Pode ser, Daniel? Uma fala muito breve. CONSELHEIRO DANIEL CRUZ: (áudio ruim) é bem breve. PRESIDENTE: Encerra para dar o... CONSELHEIRO DANIEL CRUZ: Eu só vou pegar um ponto aqui que eu achei interessante deixar gravado para que todos tenham ciência. A gente acabou de extinguir o Comitê de Crise no âmbito... Enquanto Conselho Estadual e que isso pode impactar nos municípios... Na... Caso essa proposta de Comitê de Crise possa existir também. PRESIDENTE: Ok. CONSELHEIRO DANIEL CRUZ: Só deixar isso para... A nível de puxar essa responsabilidade, que é necessário que cada Conselheiro pare de olhar para o eu e passe para um coletivo. PRESIDENTE: Ok. Obrigado Conselheiro Daniel. Então encerrando. Um ótimo dia para todos. Obrigado pela presença, e até uma próxima oportunidade. Não havendo mais nada a tratar lavrou-se a presente ata que será assinada pelos presentes.

Nome	Representatividade	Assinatura
Aloísio Soares de Lima Júnior	Colegiado dos Gestores Municipais da Assistência Social do Estado de Minas Gerais-COGEMAS	
Ana Amélia de Melo Medeiros	Colegiado dos Gestores Municipais da Assistência Social do Estado de Minas Gerais-COGEMAS	
Anédia Miranda Farias	Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS	
Cláudia Maria Bortot Falabella	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE	
Cristiano Andrade	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE	
Cynthia de Oliveira Gomes	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento –	

	SEAPA/SEDA	
Damião Braz (Irajá)	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste – APOINME	
Daniel Santos da Cruz	Movimento Nacional de população de Rua	
Denise Vilela Silva	Conselho Regional de Psicologia- CRP	
Domingos Sávio de Araújo	CMAS- Belo Horizonte	
Gabriela de Almeida Loiola	Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS de Salinas	
Gabriele Sabrina da Silva	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE	
Geraldo Amarildo da Silva	Secretaria de Estado de Fazenda	
Haiandra Pereira de Oliveira	CMAS de Novo Oriente de Minas	
Hermellis Messias Tirado Campos	CMAS de Campo Belo	
Isaura dos Santos Lopes	Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais	
Jaime Alvino Starke	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE	
Luanda do Carmo Queiroga	Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS	
Lucas Estevão Ribeiro da Silva	Conselho Central de Curvelo SSVF	
Marcio Alves Evangelista	CMAS de Itabira	
Marcio Caldeira	Associação Profissionalizante do Menor - ASPROM	
Patrícia Carvalho Gomes	Conselho Regional do Serviço Social	
Sandra de Fatima Veloso Costa Azevedo	CMAS de Montes Claros	
Silvia Gracia Oliveira de Souza	Secretaria de Estado de Educação SEE	